



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA
SUL CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANGELA CRISTINA LAUCHZER

**GÊNERO NO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS: A QUESTÃO DA
MASCULINIDADE E DA VIOLÊNCIA EM UM MOVIMENTO FEMININO**

CHAPECÓ

2020

ANGELA CRISTINA LAUCHZER

**GÊNERO NO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS: A QUESTÃO DA
MASCULINIDADE E DA VIOLÊNCIA EM UM MOVIMENTO FEMININO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do
grau de Licenciatura em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul.
Orientador: Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva.

CHAPECÓ

2020

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Lauchzer, Angela Cristina

Gênero no Movimento das Mulheres Camponesas: A questão da masculinidade e da violência em um movimento feminino / Angela Cristina Lauchzer. -- 2020.

65 f.:il.

Orientador: Doutor Claiton Márcio da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2020.

1. Movimento das Mulheres Camponesas. 2. Gênero. 3. Masculinidades. 4. História. 5. Violência. I. Silva, Claiton Márcio da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Angela Cristina Lauchzer

Gênero no Movimento das Mulheres Camponesas: A questão da masculinidade e da violência em um movimento feminino.

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado em: 08/10/2020.

Banca avaliativa:



Dr^a Fernanda Arno – UFSC



Ma Raquel Forchesatto – UFFS/Chapecó



Dr^a Samira Moretto – UFFS/Chapecó

À memória das mulheres para quem o medo foi mais forte que a própria vida...
Às que não gritam e se tornam loucas
Às mulheres que estão na luta, porque venceram o medo
Todo medo do mundo
É infinitamente menor que a nossa força.
(Consuelo Lins)

*A minha mãe, que nunca soltou a minha
mão e sempre esteve com o braço
estendido e pronta para dar o abraço que
recarrega minhas energias.*

RESUMO

Este trabalho analisa as relações de gênero e suas implicações na formação das masculinidades e violências no Movimento das Mulheres Camponesas, cuja criação foi marcada pela emancipação e luta feminina em busca da garantia de direitos, reconhecimento da sua profissão e combate às violências ocasionadas pelo sistema capitalista patriarcal sob a justificativa de seguir os padrões de uma masculinidade que prejudica tanto homens quanto mulheres. Ele se desenvolveu através de uma pesquisa bibliográfica e documental, além da análise de cartilhas e materiais de divulgação confeccionadas pelo próprio Movimento e dos documentários “Celibato no campo” (2020) e “Mulheres da luta” (2016). Possui como recorte histórico a regional de Chapecó-SC, berço do Movimento desde o surgimento de seus propulsores, na década de 1980 até o ano de 2020. Dividido em três capítulos, são trabalhados, respectivamente: a trajetória do Movimento e a vida das mulheres no campo; os conceitos de gênero, masculinidade e violências e, por último, as relações entre o sistema capitalista patriarcal que ignora as violências de gênero e seus efeitos na prática. Após a análise realizada ao longo dos capítulos, cujo caráter é o de História do Tempo Presente, é possível concluir todas as transformações resultantes das lutas realizadas pelo movimento deverão continuar acontecendo por tempo indeterminado após o término do recorte, uma vez que não há garantia que os direitos conquistados serão mantidos para sempre. Além disso, apesar do trabalho ser encerrado neste ano de 2020, a análise feita é sobre um movimento que continuará existindo após o recorte feito e as questões abordadas continuarão em constante transformação, assim como todos os processos históricos, culturais e sociais que foram analisados durante a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento das Mulheres Camponesas. Gênero. Masculinidades. Violência. História.

ABSTRACT

This work analyzes the gender relations and their implications in the formation of masculinities and violence in the Movement of Pleasant Women, whose creation was marked by the emancipation and feminine struggle in search of the guarantee of rights, recognition of their profession and combating the violence caused by the capitalist system patriarchal under the justification of following the standards of a masculinity that harms men and women. It was developed through bibliographical and documentary research, in addition to the analysis of booklets and promotional materials made by the Movement itself and the documentaries “Celibato no campo”(2010) and “Women of the struggle” (2016). Its historical feature is the Chapecó-Sc regional, the cradle of the Movement since the emergence of its propellers, in the 1980’s until 2020’s. Divided into three chapters, the following are worked on: the Movement’s trajectory and women’s lives in the field; the concepts of

gender, masculinity and violence and, finally, the relationships between the patriarchal capitalist system that ignores gender violence and its effects in practice. After the analysis carried out throughout the chapters, whose character is the History of the Present Time, it is possible to conclude all the transformations resulting from the struggles carried out by the movement should continue to happen indefinitely after the end of the clipping, since there is no guarantee that the conquered rights will be maintained forever. In addition, despite the work being completed this year, the analysis made is about a movement that will continue to exist after the cut made and the issues addressed will continue to be constantly changing, as well as the historical, cultural and social processes that were analyzed during the search.

KEYWORDS: Movement of Pleasant Women. Gender. Masculinities. Violence. History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Brasil com recorte representando o local em que o MMC se originou _____	17
Figura 2 - Mapa da região oeste de Santa Catarina, onde iniciaram-se os debates sobre criação de movimentos femininos no campo _____	18
Figura 3 - Folder do Movimento das Mulheres Camponesas _____	48
Figura 4 - Folder sobre a violência no campo e nas florestas _____	55

LISTA DE SIGLAS

AIMTR-Sul	Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul
AMMTR-Sul	Articulação dos movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos cinco estados do Sul
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
INCRA	Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA-SC	Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O NASCIMENTO DE UM MOVIMENTO E O RECONHECIMENTO DE SER QUEM	14
2.2 NÓS NÃO QUEREMOS FAVORES, NOSSA HISTÓRIA A GENTE FAZ	14
2.3 AS CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	26
3 GÊNERO, DA MESMA FORMA QUE SEXUALIDADE, NAO PODE SER RESTRITO A SEXO, TAMPOUCO COMO “COISA DE MULHER”	33
3.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO	33
3.2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E AS MASCULINIDADES	38
4 “BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER!”	45
4.1 CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA: A EXPRESSÃO INEVITÁVEL DO CAPITALISMO PATRIARCAL	45
4.2 O MMC E AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO	47
4.3 AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E VIOLÊNCIA NO CAMPO	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6 FONTES	61
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

A partir das transformações vivenciadas na passagem de um governo que favorecia a reforma agrária para uma ditadura civil-militar que enaltecia o desenvolvimento industrial ao invés da agricultura tradicional, os trabalhadores brasileiros das zonas rurais ficaram cara a cara com um processo que os espoliavam e, conseqüentemente os deixava sem alternativas de enfrentamento ao sistema.

A partir do momento em que houve a proibição de pautas relacionadas à reforma agrária no governo, os movimentos sociais, sindicatos e a resistência camponesa passou a criar movimentos autônomos em todas as regiões do país, a fim de tentar reverter esta situação.

Entre esses movimentos se destacam os movimentos sociais idealizados por mulheres da zona rural, que passaram a se articular para enfrentar as dificuldades enfrentadas em decorrência do panorama negativo na economia, na política e nos seus lares. Nesse contexto, criou-se um movimento que se baseava na luta feminista e popular, com raízes socialistas e agroecológicas cujo objetivo era compatilhar saberes para superar a doinação, a oprssao , a explorçao e a violência no campo, o Movimento das Mulheres Camponesas. Contudo, a ascensão de um movimento feminino e de caráter nacional implicou em algumas transformações. Entre elas, pretendemos abordar aqui as relações de gênero, as masculinidades presentes nela e a violência causada em decorrência dessas relações.

Assim, o objetivo central deste trabalho é analisar as tensões causadas nas relações sociais das famílias integrantes do Movimento de maneira que nos possibilite compreender como se davam as relações entre gênero, masculinidades, poder, violências e as necessidades de mudança significativas nos papéis de homens e mulheres que ocorreram desde o nascimento do MMC até os dias de hoje, com foco na regional de Chapecó- Santa Catarina, seu local de origem.

Para fins de compreendermos melhor o trabalho, ele foi embasado em pesquisas bibliográficas e documentais, contando com 3 capítulos, subdivididos da seguinte forma:

O primeiro é destinado a uma revisão bibliográfica e histórica do próprio Movimento, para que possamos compreender sua trajetória e características. Neste, o período abordado corresponde ao início dos movimentos sociais rurais no Brasil na década de 1950 até os dias atuais. Na sequência do histórico do movimento, é feito um diálogo sobre as condições de vida das militantes do MMC, uma vez que é essencial compreendermos como se dão as relações no âmbito familiar/privado para analisarmos, posteriormente, as alterações sofridas nesses espaços.

No capítulo seguinte a abordagem teórica é sobre os estudos de gênero. Partindo deles, vemos de que maneiras eles são discutidos atualmente e como se aplicam no próprio Movimento. Além disso, esse capítulo conta com as definições de masculinidade, uma vez que é a partir dela que compreendemos como se dão as relações entre homem-mulher no campo. Posto que as relações de gênero são construídas socialmente, assim como muitos outros fatores que dizem respeito a essas camponesas, é necessário o debate entre os movimento feministas e as masculinidades, visto que as duas estão presentes ao analisarmos gênero. Vale lembrar que tanto a masculinidade quanto a feminilidade analisada no Movimento possui traços bem característicos, já que as duas devem ser analisadas de acordo com o recorte feito e seu tempo histórico.

Para analisarmos as relações de gênero estaremos utilizando a História do tempo presente, em razão dos debates recentes sobre a temática. Ademais, ao estudarmos os indivíduos de um movimento mais de perto, estaremos seguindo a linha da Micro História. Além disso, devido às características do tema, não é possível deixar de fora a análise de um movimento social com foco em História Regional.

Depois desses recortes, chegamos ao terceiro e último capítulo, cuja temática está focada nas raízes das formas de violência contra a mulher e suas relações com gênero, poder e patriarcado. O objetivo deste capítulo é contextualizar as formas de

violência e compreender de que maneira elas estão relacionadas com o sistema capitalista patriarcal e os conceitos analisados nos capítulos anteriores.

Utilizando os documentários “Celibato no campo” (2010), “Mulheres da luta”(2016) e cartilhas e folders disponibilizados pelo Movimento, a pesquisa, neste ponto, mostra quais são as relações entre as violências de gênero e as construções culturais, históricas e sociais em que os indivíduos que compõem os grupos familiares do Movimento das Mulheres Camponesas estão expostos no oeste catarinense.

A partir das análises realizadas ao longo do trabalho, é possível chegarmos a um ponto em que é notável a necessidade de mudanças por parte dos homens para que elas sejam sentidas de fato no cotidiano dessas famílias e seus círculos sociais, uma vez que as mulheres já estão desempenhando esses papéis, mas necessitam de reciprocidade da parte masculina.

2 O NASCIMENTO DE UM MOVIMENTO E O RECONHECIMENTO DE SER QUEM

2.2 NÓS NÃO QUEREMOS FAVORES, NOSSA HISTÓRIA A GENTE FAZ¹

Foi ao longo da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek que, com o objetivo de colocar o país em plena modernidade, a agricultura tradicional foi substituída pelas áreas de desenvolvimento industrial, onde a concentração fundiária fez com que a terra, fator de capital, passasse a ser disputada por segmentos que pretendiam obter incentivos fiscais e o controle das fronteiras nacionais. Esse espaço era cobiçado por empresários, especuladores e banqueiros não tanto pela sua potencialidade agrícola, mas pelo privilégio em dominar o setor, que representava vantagens políticas.

Contudo, com a apropriação de zonas antes não tão ocupadas e exploradas, amplos setores sociais passaram a perder a posse das terras, deixando os agricultores praticamente imóveis na luta contra os processos que os espoliavam, em especial os agricultores familiares, inclusive as famílias que posteriormente viriam a integrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Assim, sindicatos, a resistência camponesa e os adeptos da reforma agrária precisaram travar uma luta direta contra um quadro de alianças conservadoras que ganhava força e eram apoiadas pelo governo, que utilizou as reformas de base como justificativa para defender o modelo conservador a fim de desideologizar a reforma agrária, que era vista com maus olhos. Nesse contexto, um novo aliado dos movimentos sociais do campo ganhou força, o campesinato.

Com a criação do Estatuto da Terra em 1964², com o objetivo de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vivesse e trabalhasse, e do Instituto

¹ Grito de ordem do Movimento das Mulheres Camponesas apud CONTE, Isaura Isabel; JANH, Elisiane de Fátima. **Educação para o ser mais no Movimento de Mulheres Camponesas**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 23-30, jan./dez. 2011.

² Estatuto da Terra é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil. Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA³) em 1970, com a missão de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, estruturas de controle da área rural e mecanismos de policiamento passaram a tomar forma como estratégia para frear os movimentos camponeses que se formaram durante o governo de João Goulart (1961-1964), resultando em resistência social, solidariedade grupal e movimentos sociais mais unidos, que ligados às Igrejas da Teologia da Libertação⁴ tentaram enfrentar o sistema que os prejudicava. Nesse contexto, os movimentos sociais do campo surgiram como contestação à tentativa do Estado de colocar em prática um modelo de desenvolvimento voltado a pequenas elites. O desenvolvimento, que até então esteve associado ao crescimento econômico, gerou uma onda de ações que tinham como objetivo a resolução de problemas sociais e ambientais.

Como consequência desses atos, na década de 1980 surgiu a Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul, que além de contar com movimentos de mulheres trabalhadoras rurais dos três estados sulistas, ainda abrangia movimentos de São Paulo e Mato Grosso do Sul. As organizações que fizeram parte dessa articulação foram: Organização de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina; Organização de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul; Movimento de Mulheres do Movimento Sem Terra do Estado de São Paulo; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul e a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Departamento Rural da CUT do Paraná⁵.

³O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira criada pelo decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União

⁴ A Teologia da Libertação é um movimento sócio-ecclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. (CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A Teologia da Libertação no Brasil**: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. II Seminário de pesquisas da faculdade de ciências sociais. Goiânia, 2011, p.1.)

⁵ AMMTR-SUL, 1996, p. 8 apud GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antônio I. **História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016)**. Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017, pp.189-190.

Os objetivos da Articulação eram variados, mas uma das suas primeiras cartilhas intitulada “Não importa onde estiver, sempre mulher”⁶, resgata os dois objetivos principais para a época: contribuir com a discussão sobre a saúde da mulher e sobre a previdência social. Porém, a partir do ano de 1982, as integrantes do movimento passaram a questionar também suas condições quanto mulheres e, a partir disso, pautaram lutas específicas em busca de seus direitos. Os objetivos eram alcançar: o reconhecimento da profissão, a aposentadoria, direitos enquanto mulher e cidadã (saúde, educação...) e a libertação na família, na comunidade e na sociedade⁷.

Apesar dos diálogos se darem em grupos maiores já que as Articulações eram amplas, os grupos menores continuaram tendo seus debates regionais e enfrentando suas dificuldades específicas, tanto que, em maio de 1983, ocorreu, em Nova Itaberaba, até então Distrito de Chapecó, a primeira Assembleia das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), com o objetivo de pensar nos problemas de seu cotidiano, como a discriminação, igualdade entre homens e mulheres e a necessidade de se organizarem como coletivo.

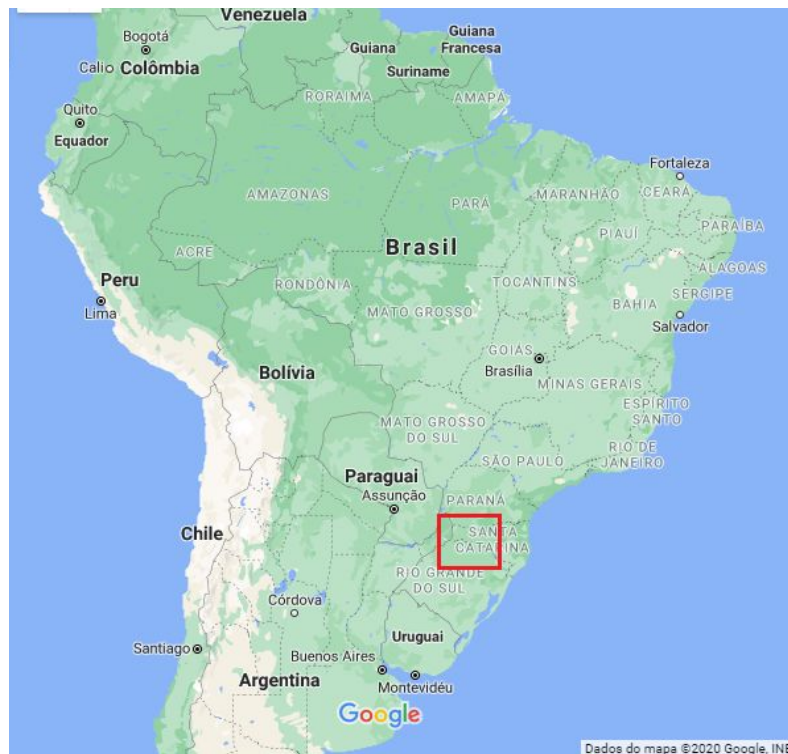
Nesse encontro ficou definido como principais bandeiras de luta destas trabalhadoras catarinenses a aposentadoria, a sindicalização, a saúde e o reconhecimento da profissão de agricultoras, bandeiras que, somadas a busca de unidade com militantes de outros espaços, “resultou no lema amplamente divulgado no Encontro Regional realizado em 08/03/1984: “Mulheres unidas, jamais serão vencidas!”⁸. Esse encontro teve a participação de 500 mulheres oriundas de 8 municípios do oeste catarinense, representado nas figuras 1 e 2, que tiveram como objetivo central a organização para construir um espaço próprio para suas lutas.

⁶ AMMTR-SUL (Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul) (sem data). **Não Importa Onde Estiver, Sempre Mulher.**

⁷ AMMTR-SUL, 1996, p. 8 apud GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antônio I. **História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016).** Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017, p.191.

⁸ PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina.** Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, 2007, pp.215-216.

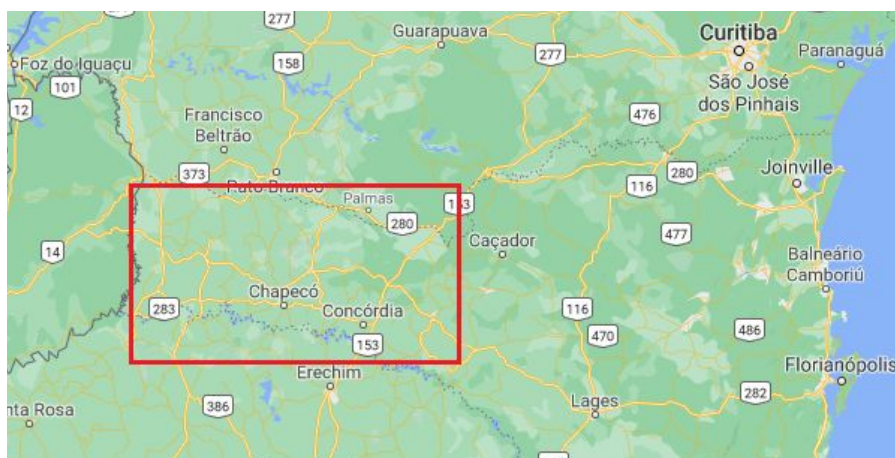
Figura 1 - Mapa do Brasil com recorte representando o local em que o MMC se originou:



Fonte: Google Maps. Acessado em: 30/09/2020⁹.

Figura 2 - Mapa da região oeste de Santa Catarina, onde iniciaram-se os debates sobre criação de movimentos femininos no campo:

⁹ MAPA da América do Sul.. 2020. **Google Maps**. Google. Consultado em: 30/09/2020, no Google Maps. Link de Acesso: <https://www.google.com/maps/@-13.0532743,-60.261806,4z?hl=pt-BR>.



Fonte: Google Maps. Acessado em: 30/09/2020¹⁰.

Foi a partir desses debates e encontros que essas mulheres, que até então pouco tinham ultrapassado os limites de seus municípios, acabariam dando início a um movimento de caráter popular, camponês e feminista.

Na campanha eleitoral seguinte, em 1987, os debates acerca da participação política da mulher na sociedade começaram a ficar mais acalorados e as camponesas perceberam a importância de concentrar energias nisso. As agricultoras se organizaram e apoiaram a candidata de origem camponesa Luci Choinaschi, que concorria ao cargo de deputada estadual. Após as eleições, ela tornou-se a primeira mulher camponesa a ocupar um cargo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Neste mesmo ano aconteceu a 2ª Assembleia do Movimento, que debateu sobre sua organização interna e a sindicalização das militantes. No ano seguinte, ao realizarem sua 3ª Assembleia, cujo lema foi “Semeando justiça, brotando liberdade”. As integrantes do Movimento intensificaram a importância de caracterizar o movimento como um movimento de classe, acentuando as lutas pelo bloco de produtora rural, necessário para comprovar sua profissão. Assim,

Com apenas cinco anos de lutas as mulheres culminam 1988 como sendo

¹⁰ MAPA da região sul do Brasil.. 2020. **Google Maps**. Google. Consultado em: 30/09/2020, no Google Maps. Link de Acesso: <https://www.google.com/maps/@-26.6528736,-53.4942279,7z?hl=pt-BR>

um ano de conquistas. Entre elas, podemos destacar: conquista do espaço público (o sair de casa); a participação na política institucional (eleição da primeira camponesa para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina – Luci Schoinaschi- (líder do movimento); participação ativa pela conquista de direitos na Constituição de 1988; direito de sindicalização foi estendido às mulheres.¹¹

Nesse mesmo ano a Articulação mudou de nome, passando a chamar-se Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul), ficando restrita apenas às Instâncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pouco tempo depois, em 1995 é consolidada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), a partir do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado em outubro deste mesmo ano¹².

A 4ª Assembleia Estadual, cujo lema foi: “Mulheres organizadas jamais serão pisadas”, ocorrida na cidade de Chapecó, levantou o debate sobre participação política da mulher na sociedade à tona novamente, uma vez que era ano eleitoral. Desta vez, a organização das mulheres elegeu Luci Schoinaschi como deputada federal, colocando alguém que representasse seus interesses na câmara dos deputados. A estratégia trouxe frutos e, em 1992, foram registrados os recebimentos das primeiras aposentadorias de mulheres camponesas, um fato de grande importância e que acabou servindo como incentivo para as militantes.

Para comemorar os 10 anos de luta do movimento, o MMA realizou um mutirão com o lema: “Da luta não fujo, na luta continuaremos”, onde partiram em defesa do salário maternidade, reforma agrária, saúde da mulher, fim da violência e direito à participação política das mulheres na sociedade. Entretanto, foi a partir da década de 1990 que o Movimento começou a enfrentar algumas dificuldades no que dizia respeito a participação das lutas, causadas pelas mudanças na economia e na política. Como proposta para melhorar os desafios enfrentados ao longo da última

¹¹ PAIM, Elison Antonio; GASARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina**. Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, 2007, pp.221-222..

¹² GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antônio I. **História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016)**. Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017, p. 190.

década, no início dos anos 2000 a ANMTR-Brasil lançou uma cartilha intitulada “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”, já que boa parte dos direitos almejados não eram conseguidos devido a falta de documentação. Aproveitando essas lutas, neste momento a Articulação expôs outro objetivo: articular os Movimentos de Mulheres Autônomas e os coletivos de gênero de todos os movimentos sociais do campo.

A partir desse momento e com a esperança de mudanças com o novo presidente da república, o Movimento reforçou a importância de falar sobre a mulher na sociedade, sua desvalorização e o papel de dominador do homem, além de explicar para que serve cada documento e onde podiam ser feitos, a fim de garantir os direitos trabalhistas, reconhecer e valorizar a profissão dessas agricultoras e combater a violência..

Durante a IX Assembleia estadual do movimento, ocorrida em novembro de 2004 no município de Itapiranga–SC, 700 mulheres agricultoras/camponesas vindas de 74 municípios, organizadas em 14 regionais, ao debaterem sobre a organização do Movimento e construindo bases para o futuro, optaram por passar a serem reconhecidas como Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil (MMC). Além do debate teórico acerca do conceito de camponês, nesse mesmo encontro foram lembrados os 21 anos de história do movimento que já vinha ocorrendo, deliberando, através de carta, que:

Somos o MMC/SC, pois compreendemos que, camponesas são todas aquelas mulheres que de uma ou de outra forma, produzem comida, são agricultoras, pequenas proprietárias, catadoras de pinhão, pescadoras artesanais, seringueiras, entre outras. Avançamos em nossas experiências de lutas nos Estados e gradativamente viemos construindo uma unidade nacional que hoje se expressa em nossa ferramenta de luta que é o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Nossa IX Assembleia Estadual de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina aconteceu num momento histórico importante para a luta de libertação das mulheres camponesas, pois neste ano consolidamos o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil – MMC/Brasil. Brasília 08/03/2004 – I Congresso Nacional do MMC/Brasil! Através do movimento aprendemos que nós mulheres descobrimos a agricultura e somos as guardiãs das sementes crioulas. Esta sabedoria, encontra sua referência na construção de um Projeto Popular de Agricultura, a agroecologia. Este aprendizado trouxe para nossos grupos de base, a certeza de que é possível construir novas relações entre os seres humanos e destes com a terra, com a água e com a

natureza. O modelo de agricultura química, agronegócio, não serve para nós. Nosso caráter, enquanto movimento, continua sendo: autônomo, democrático e popular, de classe, de luta, socialista e construtor de novas relações de igualdade. Avaliamos nossa ação na sociedade. Reconhecemos a importância de nossa luta, entretanto percebemos que temos muitos desafios a assumir: Aprofundar nosso trabalho através da organização de base, da formação, das lutas de gênero e classe, reanimando nosso espírito de resistência, garra e coragem. Dar continuidade à luta para consolidar o Projeto Popular de Agricultura Agroecológica. Reafirmamos a continuidade das práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças e a luta pelo crédito especial para as mulheres. Assumir as bandeiras de luta pela saúde, pelos direitos, contra a violência e as lutas gerais da Classe trabalhadora contra o modelo neoliberal. Trabalhar para que cada vez mais possamos conquistar nossa autonomia, organizando as finanças de nosso movimento¹³.

É importante salientar que a partir do momento em que o termo camponês foi assumido nacionalmente, as forças que unificaram e as lutas políticas das mulheres do campo acabaram assumindo uma identificação social. A escolha do termo foi ao encontro com as com as perspectivas de lutas e concepções dos movimentos da Via Campesina, que esclareceu que a escolha do conceito de campesinato era um exercício político. Assim, do ponto de vista teórico, “o conceito de camponês ainda tem pertinência como fio condutor para pensar as mudanças em curso nas pequenas comunidades, bem como para compreender os grupos sociais tradicionalmente excluídos na sociedade rural, como as mulheres e os jovens”¹⁴.

Por esses motivos, segundo Isabela Costa da Silva¹⁵, o surgimento do MMC é resultado de um processo de mobilização das mulheres camponesas iniciado ainda na década de 1980, onde vários movimentos de mulheres camponesas foram sendo criados pelo Brasil afora, carregado de articulações políticas e lutas. Mas foi a partir de 2002, que o debate em torno da criação do movimento se intensificou tanto que,

¹³ PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina**. Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, 2007, pp.232-233.

¹⁴ STROPASOLAS, 2002, p.10. In: PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina**. Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, 2007.

¹⁵ SILVA, Isabela Costa da. **Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade**. Dissertação de mestrado da UFJF. Juiz de Fora, 2013, p.96.

em março de 2004, 1.400 mulheres estiveram presentes no 1º Congresso Nacional do MMC, em Brasília, oportunidade em que se deu a unificação dos movimentos de mulheres camponesas autônomos de 16 estados brasileiros através da consolidação da Via Campesina como instância de articulação do movimento.

Avaliou-se que essa unificação, consolidaria e daria maior força a luta das mulheres e da classe trabalhadora. O congresso foi o momento de afirmação da fundação do MMC Brasil e houve uma participação significativa de todos os estados na construção da simbologia e nos aspectos que unificavam todos os movimentos que afirmavam o caráter feminista e camponês do movimento. Ainda segundo cartilha do próprio movimento, analisado por Boni

A mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas¹⁶

Desse modo, afirmou-se um movimento que se baseava na luta feminista e popular, com raízes socialistas e agroecológicas que propunham compartilhar saberes “superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e deste com a biodiversidade e a natureza”¹⁷.

Contudo, nos primórdios do movimento, devido à forte presença dos ideais da corrente da Teologia da Libertação, o tema do feminismo fora considerado um tabu. Segundo Boni¹⁸, “embora as mulheres tivessem uma prática e postura feministas, isso não era demonstrado em seus discursos e materiais de formação”. Essa

¹⁶ BONI, Valdete. **Movimento De Mulheres Camponesas**: um movimento camponês e feminista. Chapecó: Revista Grifos, - n. 34/35, 2013, p.70

¹⁷ PAULILO, Maria Ignez Silveira ; BONI, Valdete. ; ROSSO, K. ; BAUERMANN, L. . **Agricultura e maricultura familiares: um recorte de gênero**. In: 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008, Campina Grande. Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008, p.83.

¹⁸ Idem.

identidade passou a ser adotada com mais ênfase durante a 11ª Assembleia Estadual do MMC, que ocorreu na cidade de Xaxim, na região Oeste de Santa Catarina, em agosto de 2010, num momento que a Teologia da Libertação já havia aberto espaços para debater a Teologia Feminista. A partir desse momento o vínculo com o feminismo passou a evidenciar as mudanças estruturais que vinham ocorrendo nas relações sociais e na postura que precisaria ser assumida frente aos espaços coletivos dos movimentos no seu local de prática. Assim,

as mulheres já não se sentem intimidadas ao se assumirem como feministas, e da mesma forma que resinificam o conceito de camponês, também adotam um feminismo com características particulares, voltado para a agroecologia, produção de alimentos saudáveis, luta contra o agronegócio, bandeiras estas que contribuem para o que considero como a postura eco feminista do MMC¹⁹.

As principais motivações dessas mulheres nas questões relacionadas ao feminismo iam além apenas das relações de gênero, visto que, na verdade representavam um feminismo que é uma proposta de projeto de sociedade, a qual enfrenta a cultura patriarcal, a opressão sofrida em decorrência dos homens, a luta contra o capital e o desejo de uma sociedade com mais igualdade. Para isso, é possível notar a construção gradual de um

feminismo que se adequa às necessidades que são sentidas pelas camponesas, de luta por espaço dentro da propriedade e das relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, se caracterizando como transformações políticas²⁰.

Os anseios dessas mulheres por igualdade partem, inicialmente, das relações presenciadas no ambiente familiar, onde as relações se dão no sistema patriarcal na maioria dos casos. Após perceberem que seus papéis iam muito além de desempenhar tarefas domésticas e cuidar dos filhos, essas mulheres se engajaram de fato no movimento. A resposta positiva a esse anseio das mulheres é que diversas lideranças passaram a aderir a essa causa e acrescentar suas pautas nos

¹⁹ PAULILO, Maria Ignez Silveira ; BONI, V. . **Agricultura e maricultura familiares**: um recorte de gênero. In: I Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos, 2009, La Plata. I Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos, 2009, p.81.

²⁰ PAULILO, Maria Ignez Silveira ; BONI, V. . **Agricultura e maricultura familiares**: um recorte de gênero. In: I Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos, 2009, La Plata. I Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos, 2009, p.86.

congressos e decisões que dariam novos direcionamentos ao movimento. O jornal *Sem Terra*, por exemplo, afirmou que “sem a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade”²¹. Nesse contexto, as trabalhadoras chegaram no consenso de que a combinação entre gênero e classe é fundamental para a construção de um projeto de sociedade democrático e popular.

Isso se contrapõe a práticas autoritárias e machistas de muitas organizações da classe trabalhadora e àquela ideia de que as reivindicações das mulheres são justas mas para depois... Por outro lado, quando as mulheres têm consciência de suas discriminação, muitas vezes geram conflitos que, quando resolvidos politicamente, contribuem para o avanço da luta de classe. Sem o componente de gênero a luta fica pela metade²².

Além disso, é importante analisarmos que a participação de mulheres, assim como idosos e crianças nos movimentos é um dos pontos principais para uma base bem estruturada. Em uma entrevista a Bernardo Mançano, João Pedro Stédile, líder do MST, deu uma declaração sobre a participação dessas categorias que se aplica ao MMC também: “percebemos que aí reside nossa força, pois o homem além de machista, é conservador e individualista. O movimento, na medida em que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível”²³. Assim, a participação das mulheres só traria benefícios para os movimentos sociais, tanto no campo social quanto no político.

No MMC, porém, as decisões, organização e participação se dão apenas a partir de mulheres. Em uma entrevista concedida a Paulilo²⁴, Adélia Schmitz, uma das lideranças do movimento, explica como funcionava a organização deste: a discussão sempre inicia na comunidade, na base, depois passa para a Assembleia

²¹ SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979/2000**. Tese de doutorado da UFSC. Florianópolis, 2003, p.194.

²² In: SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979/2000**. Tese de doutorado da UFSC. Florianópolis, 2003, p.194..

²³ In: SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979/2000**. Tese de doutorado da UFSC. Florianópolis, 2003., p.221.

²⁴ In: PAULILO; SILVA, 2007 p. 399 apud GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antônio I. **História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016)**. Revista *Ártemis*, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017, p.191.

Municipal, seguida da Regional, Estadual e, por fim, da Nacional. É nas Assembleias Estaduais que se extraem as linhas que serão prioridades de trabalho por três anos. Nesse sentido, existem as direções municipais, estaduais e nacionais e também a Direção Executiva. Ainda segundo Dona Adélia,

o MMC se reconhece como um movimento democrático, popular, classista, feminista, autônomo, de mulheres que trabalham no campo. Nossa causa é a transformação da sociedade. Por isso nós lutamos: por direitos sociais, garantia de uma Previdência pública universal e solidária, salário-maternidade. Foi uma conquista nossa a aposentadoria da mulher com 55 anos e homem, 60. [Lutamos por] saúde pública integral com atendimento humanizado para todas e todos, SUS, um direito conquistado em lei; fim da violência contra as mulheres da classe trabalhadora; por uma agricultura camponesa com políticas públicas na agricultura, produção de alimentos saudáveis, soberania alimentar e reforma agrária, crédito especial para as mulheres, que é uma luta também; defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, e com monocultura a biodiversidade vai desaparecendo; acesso e garantia de documentos pessoais e profissionais, bloco de notas de produtora rural em todos os estados do Brasil, campanha nacional de nenhuma trabalhadora rural sem documentos²⁵.

Não podemos negar que a mulher possui uma herança histórica que tenta lhe marcar física e psicologicamente como sendo um ser inferior e de capacidades e potencialidades inferiores se comparadas a dos homens. Todavia, esse status só se torna possível pois é adquirido ao longo da vida, através de uma construção lenta e histórica. Na nossa sociedade capitalista, além das diferenças por questões biológicas e de seu sexo, as mulheres são exploradas também no mercado de trabalho, desempenhando funções no seu local de trabalho e, simultaneamente, no ambiente doméstico, mantendo viva a ideologia patriarcalista do capitalismo. No caso das mulheres residentes das zonas rurais, a questão é mais enfatizada ainda devido ao fato do seu trabalho estar extremamente relacionado ao seu corpo. Porém, para compreendermos isso é necessário, inicialmente, entendermos como vivem as mulheres camponesas.

²⁵ In: PAULILO; SILVA, 2007 p. 399 apud GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antônio I. **História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016)**. Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017, p.191..

2.3 AS CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Apesar dos movimentos feministas, a sociedade continua educando pessoas para acreditarem que as mulheres deveriam ocupar posições de inferioridade, incapacidade e fragilidade, como se estas fossem as condições que lhes pertencem. Nesse sentido, o MMC atua inserindo as mulheres na sociedade, causando uma luta contra o patriarcado e o capital, questionando e desafiando as estruturas sociais, gerando novas relações sociais, políticas, econômicas e sociais. Todavia, apesar de participarem do movimento, a percepção das militantes quanto seres políticos só passou a ser visível quando estas começaram a tomar os espaços públicos, participando de marchas, passeatas e manifestações que obrigaram os poderes públicos e as suas próprias famílias a dialogarem. Após se apropriarem mais profundamente das questões do movimento,

muitas militantes perceberam que a igualdade de gênero está só no campo da teoria na nossa sociedade, tanto que falam e escrevem, nos vários materiais elaborados, sobre a busca pela equiparação com os homens, afirmam não quererem ser iguais a eles, pois não o são. Querem ter o direito de pensar diferente e de serem respeitadas na diversidade e, inclusive, no direito de travar lutas específicas²⁶.

Além disso, as origens da propriedade privada e da supremacia masculina são resultantes de um mesmo processo histórico. Portanto “capitalismo e patriarcado seriam duas faces inseparáveis, atuando como sistemas de dominação social, cultural, política e econômica²⁷, sendo que os princípios do patriarcado foram imortalizados com o advento do monoteísmo judaico-cristão. Assim, nas relações capitalistas, os homens acabam sendo responsáveis pela produção de valor de troca, enquanto as mulheres ficam responsáveis apenas pela produção de valor de uso, isto é, com trabalhos no âmbito privado e não remunerado, enquanto os homens se encarregam de assuntos destinados a espaços públicos e de trabalhos

²⁶ CONTE, Isaura Isabel; JANH, Elisiane de Fátima. **Educação para o ser mais no Movimento de Mulheres Camponesas**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 23-28, jan./dez. 2011, p.28.

²⁷ GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antônio I. **História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016)**. Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017, p.181.

remunerados. Por causa destas características, o trabalho dos homens acabam tornando-se valorizados e o das mulheres, invisíveis, desconsiderando a importância dos trabalhos reprodutivos (cuidado dos filhos, preparo de alimentos, etc.) sobre os produtivos.

No que diz respeito às mulheres camponesas, a ausência em espaços públicos, inclusive em sindicatos e assembleias, muitas vezes é decorrente do acúmulo de tarefas domésticas e das suas jornadas duplas. Diante disso, o MMC “tem refletido e politizado o trabalho das mulheres por meio de processos formativos e lutas diversas, visando potencializar o reconhecimento das mulheres como sujeitos tanto no âmbito de suas famílias como nos demais setores da sociedade”²⁸. É fato que mulheres rurais encontram mais dificuldades para participarem da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre os investimentos das famílias, mesmo que somem nas rendas, porque suas contribuições são consideradas ajudas. Quase sempre os trabalhos fora dos lares são informais e temporários, dependentes de períodos de safra e entressafra e as militantes que decidem se especializar nessas atividades de comercialização, muitas vezes se aperfeiçoam em outras funções, para conseguir trabalhar durante o ano inteiro. Porém, a venda desses produtos quase sempre acontecem em relações diretas aos consumidores, não sendo possível vendas em maior escala pela falta de investimentos.

A atuação nessas atividades auxiliam na conquista de uma renda, mesmo que pequena, geram autonomia econômica, facilitando seu reconhecimento junto aos meios que frequentam e a sua sociabilidade. Outro fator importante é o fato de que nessas ocasiões acontecem as experiências para além da rotina, como a participação em feiras e viagens. O ponto negativo, todavia, é que a reação dos núcleos familiares nem sempre é boa, uma vez que essa mudança de espaços privados para os públicos acabam afetando as divisões de trabalhos nos lares, além de alterar a gestão da renda obtida e, conseqüentemente, abala as estruturas patriarcais a qual as famílias estavam habituadas.

²⁸ CONTE, Isaura Isabel; JANH, Elisiane de Fátima. **Educação para o ser mais no Movimento de Mulheres Camponesas**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 23-28, jan./dez. 2011, p.26.

Que as desigualdades sociais existem é fato, porém as desigualdades sociais e de gênero no campo acabam assumindo um papel mais negativo do que nas zonas urbanas. Sem contar que a situação nas regiões mais pobres do país são mais agravantes, uma vez que além das condições de vida precárias, é notável também o difícil acesso às políticas públicas, a infraestrutura inadequada e a carência em condições básicas. Nesse caso, as mulheres acabam se encontrando em uma situação de vulnerabilidade maior que os homens, pois as péssimas condições afetam em cheio os lares, que são os espaços administrados na maior parte pelas mesmas.

Além do cuidado com os lares, as mulheres são responsáveis por realizar os trabalhos do campo e arredores das casas, onde costumam desenvolver atividades agrícolas para fins de consumo e comerciais, como hortas e roças. Ademais, costumam ser as responsáveis pelo trato de alguns alimentos e do trato de animais, em especial os de pequeno porte. Entretanto, apesar de estarem ocupadas todos os dias com tais tarefas, elas não são consideradas como trabalho, visto que não são agregadas na somatória das rendas mensais, fazendo com que as tarefas agrícolas desempenhadas pelas mulheres acabem se transformando apenas numa extensão do trabalho doméstico. Diversas vezes as mulheres e os filhos até acompanham os maridos para realizarem trabalhos como assalariados, contudo, o pagamento costuma ser feito diretamente ao chefe da família que, na maioria dos casos, ainda são os homens. Devido a falta de identificação de suas funções como uma profissão reflete nos números, uma vez que

uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho”. Situação que tem reflexo nos números. Apesar de as mulheres representarem 48% da população rural, são apenas 33% do total da população ocupada na agricultura²⁹.

Apesar disso tudo, os responsáveis por tentar reduzir os índices de desigualdades entre as zonas rural e urbana foram os movimentos sociais, em especial os vinculados ou nascidos diretamente na zona rural. Para alcançarem tais

²⁹ HEREDIA Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, Ano 9, nº8, 2006, p.110.

feitos, precisam focar suas forças na busca pelos direitos e acesso à políticas públicas, até então praticamente inexistentes quando os movimentos surgiram.

A Constituição de 1988 foi um marco na conquista de direitos para os trabalhadores do campo³⁰, visto que pela primeira vez na história do país políticas públicas voltadas a esses trabalhadores foram levadas para nível nacional após várias reivindicações que marcaram as lutas populares no processo de reabertura democrática da constituinte. Contudo, foi nos anos 2000 que os movimentos sociais do campo avançaram nas conquistas, uma vez que passaram a ter o apoio de um governo que estava disposto a tratar de suas pautas e criar programas e ações governamentais voltados a equidade de gênero nos movimentos, em especial no que dizia respeito a questão das mulheres. Nesse sentido, em 2003, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, posteriormente elevada ao status de Ministério. A partir desta, a brecha para as mulheres exigirem que as políticas públicas que as favorecessem ganhou forma. Além de quererem ser reconhecidas como trabalhadoras e moradoras do meio rural, elas passaram a focar suas lutas no acesso à documentação, a terra, ao crédito e a assistência técnica. De 2003 a 2009

as ações governamentais foram coordenadas pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do mesmo Ministério (Ppigre), que centrou sua atuação na revisão da legislação e dos mecanismos regulatórios dos programas existentes, com vistas a um melhor atendimento das demandas das mulheres. O Ppigre coordenou ainda a elaboração e a implementação de uma série de novos programas voltados para o apoio às atividades produtivas realizadas pelas trabalhadoras rurais. Na prática, o Ppigre funcionou como uma assessoria de gênero àquele Ministério, buscando facilitar o acesso das mulheres rurais ao conjunto de políticas existentes e promovendo um diálogo permanente com os movimentos de mulheres³¹.

Antes disso, no ano 2000 ocorreu a primeira edição da Marcha das Margaridas, ação organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que relembra a morte da trabalhadora rural e líder sindicalista

³⁰ Em especial os Artigos 6º e 7º do Capítulo II. In **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988

³¹ Siliprandi, Emma; Cintrão, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011, p.188.

Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, enquanto lutava pelos direitos dos trabalhadores na Paraíba. Os atos acontecem sempre no dia 12 de agosto e a primeira edição, ocorrida em Brasília, contou com a presença de mais de 20 mil agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas de todo o país. A partir da marcha e dos fatos que a causaram, o direito à terra passou a ser a segunda reivindicação mais importante do MMC, ficando atrás apenas do direito à documentação básica³².

Ainda em 1997, a ANMTR lançou a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, levando os órgãos públicos, sindicatos e organizações não governamentais e se sensibilizarem com esta pauta. Para o MMC, a falta de documentação consistia na negação do direito a ter direitos. Graças a campanha, materiais educativos e mutirões de documentação passaram a ocorrer em todo o país, emitindo documentos e servindo de espaço para reflexões e orientações para as mulheres sobre seus direitos e a desigualdade de gênero. Entre 1997 e 2011, a campanha pela documentação foi a reivindicação mais importante do movimento e a todo momento o governo era pressionado para assumir esse trabalho. Em resposta a isso, em 2004, foi criado o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Incra, organismos federais, secretarias de segurança pública e prefeituras municipais.

A importância em ter o nome na documentação, em especial na da terra, consiste na garantia de direitos das mulheres em casos de separações, abandono ou morte dos maridos ou companheiros. É comum a prática dos homens, titulares das terras na grande maioria dos casos, permanecerem nas propriedades após divórcios, obrigando as mulheres e filhos a procurarem outros lugares para morar, o que quase sempre resulta no regresso à casa dos pais. Com a titularidade compartilhada, fica garantido que fatos como esse não ocorram, além de que, caso seja necessário solicitar empréstimos em bancos ou alterar a propriedade, não é

³² BARSTED, Leila Linhares. PITANGUY, Jacqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. – Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p.218.

possível que os homens o façam sem o consentimento de suas companheiras, que precisam aprovar tais medidas. Além disso,

o movimento de mulheres considera que a propriedade da terra pesa na capacidade das mulheres influenciarem as decisões econômicas da família. A titulação conjunta dos lotes, ou a chefia dos mesmos, auxilia ainda na comprovação da situação de “trabalhadoras rurais” das mulheres assentadas, facilitando seu acesso aos benefícios da Previdência Social³³.

Outro programa de extrema importância e que levou em consideração a posição das mulheres dentro das famílias foi o Programa Bolsa Família (PBF), que consiste em um programa de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade. Este costuma eleger as mulheres como titulares dos benefícios, permitindo que estas passem a ter controle sobre a renda mediante uma senha pessoal. A escolha das mulheres para gerir tal dinheiro deu-se da premissa que as mulheres eram quem mais sofriam com problemas relacionados a falta de recursos materiais, situação que só se agrava ainda mais se levarmos em conta as barreiras de gênero no acesso a direitos básicos. Além disso, foi levado em consideração que as mulheres tinham maior capacidade para gerir os recursos em prol do bem-estar da sua família, não deixando seus interesses próprios se sobressaírem. Apesar das inúmeras críticas de alguns grupos sociais até hoje “o Programa atende mais de 12 milhões de famílias no país e as mulheres representam 94% dos beneficiários. Estima-se que um em cada quatro brasileiros recebe o benefício”³⁴.

Outra pauta importante que esteve presente nas três primeiras edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003, 2007) foi a necessidade de criação de políticas públicas específicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres rurais. Com a promulgação da lei n. 11.340/2006, conhecida popularmente como Maria da Penha, a marcha de 2007 teve como lema “Contra a fome, a pobreza e a violência

³³ DEERE, 2004; BRUMER ; ANJOS , 2010. In: SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011, p.196.

³⁴ SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011, p.214.

sexista”, servindo de embasamento para os movimentos sociais, inclusive o MMC, levarem o tema da violência para o contexto agrário, destacando a violência nas lutas pela terra, melhores condições de vida e contra a violência doméstica, de gênero e familiar³⁵. O governo federal respondeu a tais manifestações e, no mesmo ano, instalou o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, resultando no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

No que diz respeito a violência contra as mulheres, não podemos deixar de considerar que as mulheres da zona rural apresentam certas especificidades e que as medidas tomadas nesses casos devem ser diferentes das tomadas nas cidades. Contudo, apesar da importância, o tema tem pouca visibilidade até hoje e a carência de políticas públicas que enfrentem os problemas na prática é notado em todas as regiões do país. Em depoimento, uma representante do Conselho Nacional de Seringueiros sintetiza a situação das mulheres rurais: “na roça ninguém ouve o grito de socorro da mulher, a mulher não tem como buscar ajuda, não tem transporte, o povoado fica distante 40, 50km. Não tem delegacia, não tem nada”³⁶.

Assim, um dos mecanismos que colaboram para a prevenção, punição e erradicação da violência nesses espaços é a participação em movimentos sociais que empoderam as mulheres e lhes passam informações úteis a respeito de como agir, sem contar que a presença do feminismo em movimentos sociais, sindicatos e pastorais exerce um papel fundamental na desnaturalização dos comportamentos de subordinação e aceitação, afirmando a importância da politização e reconhecimento da mulher quanto ser que não deve se submeter a ninguém pelo fato de ser mulher.

³⁵ BARSTED, Leila Linhares. PITANGUY, Jacqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. – Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p.212.

³⁶ SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011, p.219.

3 GÊNERO, DA MESMA FORMA QUE SEXUALIDADE, NAO PODE SER RESTRITO A SEXO, TAMPOUCO COMO “COISA DE MULHER”

3.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Até hoje alguns pesquisadores cometem o erro de usar gênero como sinônimo de mulheres. Uma parte considerável das produções internacionais que tinham como tema a história das mulheres substituíram, gradualmente, os termos “mulheres” por “gênero” em seus títulos. Na maioria dos casos, o uso deste termo vem associado a ideia de seriedade dos trabalhos, uma vez que o termo é visto como tendo uma conotação mais objetiva e neutra. Além disso, acaba desvinculando-se da imagem negativa que muitos atribuem ao feminismo, não implicando obrigatoriamente na defesa de uma posição sobre as questões relacionadas ao tema. Já a escolha pela utilização do termo “história das mulheres” acaba denotando uma posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos. Em outros termos, a utilização de gênero inclui as mulheres, mas não as nomeia, constituindo um panorama mais leve.

Ademais, o termo é usado para denominar as relações sociais entre os sexos e seu uso rejeita as explicações biológicas que tentam reforçar a ideia de subordinação feminina, expressa em noções como a de que as mulheres apenas têm a capacidade de dar à luz enquanto os homens têm força muscular muito superior. Assim, o termo indica uma série de construções sociais e culturais que impõem definições e categorizações sobre corpos sexuados, sendo extremamente útil “pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”³⁷.

A partir do final do século XX as feministas passaram a usá-lo para se referir a organização social entre os sexos. Ao usar esse termo, o objetivo era “marcar o caráter iminentemente social das distinções sexuais, rejeitando, portanto, o

³⁷ SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995. p.75

determinismo biológico impregnado na palavra sexo”³⁸. Apesar de haver diferenças biológicas entre homens e mulheres, subentende-se que a organização social é um dos fatores mais influentes na construção das identidades. Dessa forma, “gênero tornou-se uma palavra útil pois, distingue a prática sexual dos papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres³⁹.

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica e, portanto, pode ser visto em símbolos culturais, organizações e instituições sociais. Apesar das variações, o consenso é de que ele, em outras palavras, é a construção social do masculino e do feminino. Seu conceito não deixa claro que existe desigualdades entre homens e mulheres, porém a maior parte das feministas defendem que ele já trás uma hierarquia, que inclusive pode ser visto em todos os períodos históricos. Em geral

pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um *patriarcado* não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade⁴⁰.

O termo passou a ser usado pelos/as historiadores/as na medida em que os estudos sobre mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero cresciam, sendo característico de estudos que envolvem as relações entre os sexos. Contudo, apesar de sabermos que as relações entre os sexos são sociais e construídas cultural e socialmente, quando o termo surgiu nas ciências pouco era dito sobre como essas relações eram construídas, tampouco como funcionavam ou se alteravam. Ademais, seu conceito estava estreitamente ligado ao estudo de coisas relativas às mulheres, dificultando o trabalho dos/as historiadores/as que tentavam

³⁸ SCOTT, Joan W. **Os Usos e Abusos do Gênero**. São Paulo, Projeto História, n. 45, Dez. 2012, pp. 327-351. p.2

³⁹ SCOTT, 1997, p.7. In: NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica**. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014. p.2

⁴⁰ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004, pp. 45-46

questionar os paradigmas existentes. Apesar das lutas para que as reflexões sobre gênero fossem implantadas de maneira interdisciplinar.

o campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma “história militante”, portanto, não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como “classe”, “raça/etnia”, “geração” também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma “desconfiança” e desqualificação⁴¹.

De acordo com Scott⁴², o termo gênero fez sua aparição inicial dentre o movimento feminista norte americano, em que era defendido que as diferenças baseadas no sexo biológico eram construções sociais. A partir da luta das mulheres por direitos, uma nova categoria de análise histórica surgiu, a mulher. Além do mais, o movimento feminista eclodiu na segunda metade do século XIX, com o movimento sufragista, que reivindicava o voto feminino⁴³. Para reivindicar os direitos políticos, as mulheres precisavam mostrar que participavam da história, da cultura, da economia, ou seja, mostrar a que as mulheres eram tão sujeitos históricos quanto os homens.

Os debates acerca desse assunto se estenderam por todo o século XX, período onde indícios de equidade começaram a aparecer em diversos países. Já na segunda metade do século, em 1975, Natalie Davis afirmava que:

deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeito, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la⁴⁴.

⁴¹ PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**, Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270.

⁴² SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995, p.72.

⁴³ WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. **Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 16, jan./jun. 2015, p.31.

⁴⁴ DAVIS, Natalie. In: SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995, p.72.

Desde o início as pesquisadoras feministas deixaram claro que as pesquisas sobre as mulheres transformam completamente todos os campos da História, pois partir dessa nova perspectiva não apenas seriam acrescentados novos temas a serem estudados, mas sim uma revisão crítica das premissas já existentes nos trabalhos científicos.

"Nós estamos aprendendo", escreviam três historiadoras feministas "que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres mas também uma nova história"⁴⁵.

Contudo, a maioria das tentativas dos/as cientistas para teorizar o gênero ficaram presas aos parâmetros tradicionais das ciências humanas, usando explicações criadas há séculos e baseadas em causas universais, limitando a expansão das teorias, generalizando e simplificando um processo de construções sociais e culturais que era muito mais complexo.

Nos dias atuais os estudos sobre gênero possuem outras proporções não só na História, mas em todas as demais ciências humanas. O que antes era restrito apenas a feministas, hoje é pauta de temas diversos que percorrem todos os campos desde o estudo das mulheres até o estudo das famílias, política, economia, sociedade, entre outros. É crescente o número de pesquisadores que incorporam as diferenças de gênero para observar os impactos dos acontecimentos sobre homens e mulheres em suas análises. Joana Maria Pedro afirma que historiadores de fama internacional, como Eric Hobsbawm e Roger Chartier, vêm afirmando que a Revolução das Mulheres foi um dos grandes acontecimentos do século XX, e que a dominação de gênero permeia as relações⁴⁶.

⁴⁵ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995, p.73.

⁴⁶ PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270.

Contudo, Scott⁴⁷ em “Usos e abusos do gênero”, escreve que pensava que o assunto gênero era um assunto resolvido, porém voltou a escrever sobre ao observar a polêmica que um manual de instruções para estudantes que fariam o exame de bacharelado em ciências biológicas, aprovado pelo ministério da educação da França, em que havia uma unidade na qual apresentava casais homossexuais e heterossexuais e questionava o que era ser uma mulher e o que era ser um homem. Políticos católicos, pais e educadores acharam que a unidade deveria ser censurada. Houveram debates profundos acerca do manual, geralmente voltados contra a palavra “gênero” que aparecia apenas uma vez. Após essa análise, Scott observou que o termo foi disseminado, muito discutido por um certo período, porém suas diferentes interpretações estão longe de serem resolvidas. Ao invés de se tornar um conceito mais claro ao longo do tempo, o caminho foi ao contrário, já que acabou se tornando mais impreciso e fácil de ser mal interpretado diante de uma sociedade que se afasta cada vez mais da ciência.

Como os estudos de gênero envolvem os estudos de masculinidade e feminilidade e estes são construções sociais e resultados da educação e influências recebidas ao longo da vida, podemos dizer que ao nascer com determinado sexo biológico, a família e a comunidade a qual os indivíduos pertencem costumam tratá-lo de certas formas para que venham a se tornar homens e mulheres aceitos socialmente. Esse processo de construção do gênero varia de acordo com o recorte histórico analisado e, concomitantemente, de acordo com a classe social, etnia e espaço em que esses indivíduos estão inseridos. No caso das famílias integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas essa construção se dá de maneira muito diferente da desenvolvida nas zonas urbanas, inclusive, sendo um fator que deve ser levado em consideração. Apesar dessas variações:

a identidade de gênero começa a ser desenvolvida de maneira quase universal. Tal identidade é percepção por parte do próprio indivíduo que pertence a um sexo e não a outro. Ainda durante a primeira infância, a pessoa recebe estímulos para reproduzir comportamentos culturalmente compatíveis com seu gênero. Se responde de maneira satisfatória, recebe

⁴⁷ SCOTT, Joan W. **Os Usos e Abusos do Gênero**. São Paulo, Projeto História, n. 45, Dez. 2012, pp. 370.

a contrapartida afetiva. O contrário também é verdadeiro. Quando a criança não reproduz o comportamento considerado adequado pelo adulto, é repreendida⁴⁸.

Até onde sabemos, não existe uma sociedade em que a construção social dos gêneros não ocorra, e, apesar dos estudos feministas focalizarem a problemática das mulheres em primeiro plano, a análise das relações de gênero fazem referência, inevitavelmente, aos aspectos da(s) masculinidade(s). A partir disso, podemos concluir que apesar desses debates não alcançarem todas as esferas fora da academia, qualquer ser humano que vive em sociedade vivencia isso na sua experiência de vida.

3.2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E AS MASCULINIDADES

Falar de masculinidades como objeto de estudo na historiografia nacional é uma perspectiva um tanto quanto inovadora. Seus conceitos e suas implicações para as ciências humanas foi gradativamente se fixando à ideia da existência de uma hegemonia no termo, que se baseia na dominação e no poder do patriarcado, cujo conceito “trata, necessariamente, da relação de dominação material e simbólica dos homens sobre as mulheres”⁴⁹.

Essa dificuldade em compreender as construções das noções de masculinidades para desenvolver uma análise mais profunda no campo social acabou gerando uma lacuna historiográfica, fazendo com que sua análise dentro das relações de gênero não fossem possíveis de ser problematizadas.

Desde os estudos evolucionistas do século XIX, as masculinidades vem sendo estudadas a partir do ponto de vista sexual-biológica, uma vez que os naturalistas a

⁴⁸ NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica.** Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014, p.3.

⁴⁹ AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. **O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista.** Revista três pontos - Dossiê Múltiplos Olhares sobre gênero, 2017, p.1.

entendiam como uma consequência biológica cuja afirmação se daria através da posse ou não de um órgão sexual específico, neste caso, o penis.

Conforme esses discursos ganhavam forças e se consolidavam, a concepção de que atitudes e ações sociais dos homens seriam delimitados graças ao fruto de uma “estrutura natural inquestionável”, os discursos acadêmicos e científicos forneceram bases para a institucionalização dessa ideia. Foi somente com a ascensão da psicanálise e a tese freudiana do Complexo de Édipo que a noção naturalista foi questionada. E apesar das críticas que as feministas lançaram contra esta, uma vez que ela se baseia numa família heterossexual, monogâmica e nuclear, foi ela que deu o pontapé para a problematização desses debates.

Já na metade do século XX, a crítica feminista continuou o trabalho de questionar as concepções de sexualidade, trazendo a ideia de que os comportamentos sociais não eram definidos pelos sexos, mas sim pelos gêneros, que eram construídos (ou desconstruídos) e delimitados de acordo com fatores sócio-culturais. Isso abriu espaço

para que se pensasse na construção social dos gêneros, questionando os papéis sexuais antes vistos como “naturais”. Tal diferenciação entre sexo e gênero é de fundamental importância para compreensão da masculinidade, uma vez que também a masculinidade passou a ser compreendida como uma construção social. A partir desse momento nega-se o argumento de que os comportamentos de gêneros se constroem naturalmente, visão defendida pelo discurso técnico-científico, agora percebido como defensor de uma posição político-ideológica⁵⁰.

Na História, esses debates vieram à tona com a historiadora Michelle Perrot, que identificou que quando a historiografia referia-se a história das mulheres, a fazia a partir do espaço público, deixando de lado a análise nos espaços privados e que essa falta de protagonismo na história das mulheres continuava privilegiando a história dos homens. Quanto às masculinidades, Perrot optou por não problematizar a fundo, uma vez que os homens continuavam sendo vistos como dominantes nos campos historiográficos e, portanto, não poderiam ser considerados como um grupo excluído.

⁵⁰ BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. Revista Vernáculo, n. 19 e 20. Curitiba, 2007, p.112.

Assim, os estudos em torno das masculinidades ganharam maiores proporções a partir da década de 1970, principalmente na Europa e na América do Norte. Conforme as proporções aumentavam, questionamentos referentes a universalidade da supremacia masculina cresciam simultaneamente, dado que o “ser homem” é muito variável nas diferentes culturas–sociedades.

Já na década de 1990, o sociólogo Pierre Bourdieu lançou sua obra intitulada “Dominação Masculina”(1998), na qual complementa algumas constatações já feitas na sua obra anterior, “O poder simbólico”(1989). A partir das obras, Bourdieu conclui que as vantagens masculinas nas relações de gênero se dão não apenas em relação a força física, mas também as forças que estão no campo do simbólico. Segundo tal tese:

dentro do processo histórico humano se instituiu e se reproduziu determinadas relações de violência simbólica, compartilhadas consciente ou inconscientemente entre dominantes e dominados. Nesse aspecto, as relações entre gêneros são, por ele compreendidas, através do conceito de “trocas simbólicas” onde a mulher passa a ser – dentro das relações sociais – objeto de troca, determinado pelo interesse dos homens, reproduzindo o capital simbólico destes homens e sua dominação masculina⁵¹.

Todavia, um dos maiores debates acerca das masculinidades é que alguns pesquisadores apontam que existem dois lados conflitantes: de um lado, estaria o homem que se vale da violência física ou simbólica, seja ela consciente ou não, para manter seu status de dominante; do outro, existe um homem vitimado pelos processos e rituais que teria passado ao longo da vida na tentativa de construir sua masculinidade. É justamente nessas duas versões conflitantes que se encontram os maiores debates a respeito da masculinidade.

Alguns estudiosos acreditam que essas oposições são relativas de acordo com o nível social dos homens estudados, uma vez que os elementos que constituem o discurso masculino entre os homens de classes sociais mais baixas vai de encontro ao discurso entre os de classe média e altas. Devido a isto, podemos concluir que as masculinidades devem ser analisadas com singularidade, subjetividade e multiplicidade, já que

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.114.

não podemos falar em somente uma, mas em diversas masculinidades social-historicamente construídas, sendo uma delas a portadora de um status de “hegemônica” e as demais masculinidades periféricas as concorrentes ou afirmadoras dessa⁵².

Segundo Pedro Paulo Oliveira⁵³ conforme se desce na escala social, mais os traços distintivos que a masculinidade proporciona se tornam valorizados em sua face mais tosca e opressiva. Uma das justificativas para isso é a de talvez haver uma necessidade de compensar a falta de poder que os homens dos segmentos mais marginalizados sentem em quase todas as esferas da vida social. Dessa forma, o machismo serviria como compensação para o sentimento de inferioridade destes, inferiorizados tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista cultural.

Podemos dizer que em casos como esse, que é similar ao dos homens pertencentes aos grupos familiares do MMC, a masculinidade, dessa maneira mais hegemônica que conhecemos, se torna muito mais importante, uma vez que o poder dentro das relações de gênero poderá ser um dos poucos lugares em que algo seria conquistado, já que há poucas chances desses homens conquistarem poder em outras esferas da vida social. Assim, impor uma masculinidade machista e com forte teor de dominação passa a ser um caminho para adquirir algum status quando outros rumos lhes são negados.

Sócrates Nolasco⁵⁴ diz que o papel masculino é o grande responsável por essa “situação precária” das masculinidades. Isso se deve ao fato dos homens obedecerem cegamente a um modelo de comportamento que restringe suas subjetividades e os reduzem a um vazio existencial com angústias e tensões que eles têm que conviver o tempo inteiro. Segundo o autor, é necessária uma humanização deste papel social, que pode ser desenvolvido através de um novo modelo de comportamento.

⁵² CONNELL, R. e MESSERSCHMIDT, J. W. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1) 241-282, janeiro-abril 2013, p.116

⁵³ OLIVEIRA, Pedro Paulo. **Discursos sobre a masculinidade**. In Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 6 (1) 1998, p. 98.

⁵⁴ NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. Rocco: Rio de Janeiro, 1993, P. 56.

Inconscientemente, os homens costumam seguir as ideologias machistas sem sequer terem noção do que seja uma ideologia. Mas eles não são os únicos. Entre as mulheres, que estão inseridas na ordem patriarcal de gênero, é comum a atribuição de qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres. É pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero e, por isso, poucas mulheres questionam o papel de inferioridade social em que foram inseridas. Por essa razão, é grande o número de mulheres que reproduzem o machismo e o sexismo, duas características que não são somente ideologias, mas também estruturas de poder que prejudicam homens, mulheres e suas relações.

Tanto as masculinidades quanto as feminilidades são socialmente construídas e os fatores culturais que indicam que papéis devem ser desempenhados pelos gêneros masculino e feminino e as relações que se dariam entre eles costumam ser criados a partir do sexo biológico. As relações de gênero, por sua vez, não ocorrem de maneira igualitária. Pelo contrário, elas são permeadas por relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, que são resultado de um processo de construção social que se estende ao longo de vários séculos.

Além disso, “a masculinidade não é unívoca. O masculino é uma concepção genérica e não universal, ou seja, depende da sociedade em que está inserida”⁵⁵. Apesar disso, Robert W. Connell e James W. Messerschmid afirmam que:

em todos os grupos sociais existem a masculinidade hegemônica e as masculinidades subordinadas. “A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa”. Ou seja, a masculinidade hegemônica, apesar é virtualmente inatingível por qualquer homem, existe de maneira forte e consistente no plano discursivo e exerce sobre homens e mulheres um papel controlador⁵⁶.

⁵⁵ NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica.** Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014, p.1.

⁵⁶ CONNELL, R. e MESSERSCHMIDT, J. W, I2013. In:NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica.** Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014, p.1

Um dos elementos marcantes das masculinidades é justamente a relação de poder que existe entre os homens, considerados como grupo dominante, e as mulheres, consideradas como grupo dominado. Segundo Nader e Caminoti o poder, porém, não é algo que uma pessoa ou um grupo possua, e sim uma relação que se estabelece entre dois pólos. E para que as relações de poder sejam efetivadas, é necessário que exista um meio que as conduzam, que pode ser ideológico, econômico ou coercitivo (força)⁵⁷.

Além disso, ao tratarmos das relações de gênero, partimos do pressuposto que o conceito de dominação também seja útil. Segundo a teoria weberiana, podemos afirmar que

entre homens e mulheres, na maioria das vezes, a dominação é do tipo tradicional, legitimada pela crença cotidiana das tradições vigentes desde sempre. Apesar disso, em alguns momentos históricos, a dominação masculina foi amparada por bases racionais e legais⁵⁸.

Outro pensador que analisa as relações de gênero através do conceito de dominação é Pierre Bourdieu. Para ele, o gênero masculino domina o feminino até os dias de hoje. E essa dominação não é apoiada prioritariamente na força bruta, nas armas ou na dependência financeira, pois apesar de terem um alto grau de influência, se fossem os únicos determinantes, subentende-se que as mulheres ficariam livres caso não sofressem influência de nenhum destes fatores. Por esses motivos,

a dominação dos homens sobre as mulheres, via de regra, ocorre no campo do simbólico. O dominado (no caso, a mulher) adere a dominação de maneira irrefletida e passa a considerar que aquilo seja natural. A violência simbólica é fruto da exposição prolongada e precoce as estruturas de dominação⁵⁹.

Dessa maneira, podemos concluir que as relações de gênero são caracterizadas pelo poder dos homens sobre as mulheres e sua legitimação pela

⁵⁷ CONNELL, R. e MESSERSCHMIDT, J. W, I2013. In:NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder**: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014, p.1

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. In: NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder**: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014, p.6.

sociedade, caracterizando a dominação masculina. Dominação que é resultado da tradição e das construções sociais impostas sobre homens e mulheres e que pode ser acessada pelo lado dos dominadores quando julgam necessário.

O poder, por sua vez, só funciona e se exerce em rede. Os indivíduos que estão inseridos nessa rede sempre estão em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação. Os indivíduos, no entanto, são constituídos enquanto indivíduos justamente porque é o poder que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos venham a se tornar isso. O indivíduo “é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. Desse modo, o poder passa através do indivíduo que ele próprio constituiu”⁶⁰.

A justificativa para a análise das relações de gênero no Movimento das Mulheres Camponesas se dá justamente por não haverem pesquisas sobre a masculinidade dos segmentos mais desfavorecidos e considerados excluídos. Ao focar esses debates apenas em determinados grupos sociais, o tema parece não se aplicar a esses indivíduos, como se eles não fossem aplicáveis a tais estudos.

Claramente os homens continuam a se beneficiar da opressão das mulheres, no caso do MMC, desde sua criaçãoa hegemonia masculina tem sido enfrentada de frente pela resistencia feminista ativa. Os homens, como grupo, não são oprimidos pelas relações de gênero, mas alguns, certamente sentem-se ameaçados quando seus poderes e privilégios são questionados. Ameaças que, geralmente, acabam resultando em violências de gênero.

⁶⁰ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004, pp.45-46.

4 “BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER!”⁶¹

4.1 CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA: A EXPRESSÃO INEVITÁVEL DO CAPITALISMO PATRIARCAL

Como não existe uma masculinidade hegemônica, podem haver milhares delas apenas no Brasil. Ao tentarmos aprofundar a compreensão dos mecanismos sociais de construção e persistência da dominação-exploração masculina acabamos nos deparando com os processos de constituição das masculinidades e seus resultados. No início de sua obra, “A Dominação Masculina” (1998), Bourdieu alerta o leitor sobre o fato de estarmos inseridos em padrões inconscientes de estruturas históricas da ordem masculina e, que, portanto, nosso olhar e análise estarão sempre sob o viés dessa ótica⁶².

A organização da sociedade e da visão em torno dela são construídas a partir das divisões entre masculino e feminino, além de que o sistema reforça e reconhece essa divisão, fazendo parecer com que a divisão entre os sexos pareça estar na ordem das coisas. Ainda segundo o sociólogo, a força masculina dispensa justificativas, uma vez que

a visão androcêntrica se impõe de forma neutra, de maneira que a concebemos como natural, não havendo necessidade, assim, de legitimá-la. A ordem masculina é favorecida pela confirmação constante do funcionamento da sociedade, que constrói o corpo como uma realidade sexuada, seguidora de princípios de divisão sexualizante. Isso quer dizer que o corpo é construído socialmente; é a concepção sexuada do mundo que transfere ao corpo a diferença entre os sexos, que edifica a segmentação entre os gêneros a partir de uma visão mítica ancorada na relação arbitrária de dominação masculina sobre as mulheres⁶³.

⁶¹ In: Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). **Cartilha Sudamerica**. Cartilha. Brasília, 2012, p.1.

⁶² LAZDAN, Alessandra Munhoz; REINA, Fábio Tadeu; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2014, p.470.

⁶³ BOURDIEU, Pierre, 1998, p.16. In: LAZDAN, Alessandra Munhoz; REINA, Fábio Tadeu; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2014, pp.471-472.

A participação masculina nos mitos de criação e no poder da sociedade pode ter origem na descoberta de sua participação na reprodução, chegando até mesmo a ser defendido que o homem era o portador da semente da vida e a mulher desempenhava o papel de receptáculo. Essa teoria foi fortemente propagada na Grécia Antiga com o auxílio de Aristóteles.

Alguns séculos depois foi criado o mito judaico-cristão que é vigente até hoje. O mito, criado ainda na sociedade hebraica, pode ter sido o responsável pela substituição do matriarcado pelo patriarcado, que pode ter contribuído para a construção da hegemonia masculina. As origens desse mito estão na teoria que

Eva é colocada como inferior desde seu nascimento, originária de uma costela de Adão. Esse dado é interpretado como uma necessidade masculina de não admitir a igualdade dos gêneros. Depois, Eva é a culpada pela expulsão do paraíso e por ter tentado Adão. Eva foi o modelo de mulher trazido ao Ocidente, um modelo para não ser seguido. O mito traz no imaginário coletivo o caráter subversivo feminino e a necessidade de se precaver dele⁶⁴.

Já nas sociedades de caça e coleta, a hipótese mais convincente para justificar a divisão sexual do trabalho se deu ao fato da necessidade do aleitamento materno. Segundo Saffioti,

como não havia Nestlé, era obrigatório o aleitamento do bebê ao seio. Desta sorte, o trabalho feminino era realizado com a mulher carregando seu bebê amarrado ao peito ou às costas. Os bebês eram, assim, aleitados facilmente toda vez que sentissem fome. Como bebê não fala, sua maneira de expressar suas necessidades é o choro. Daí vem a sabedoria popular, inclusive em sentido figurado, dizendo: “quem não chora não mama”. Presuma-se que às mulheres fosse atribuída a tarefa da caça. O menor sussurro do bebê espantaria o animal destinado à morte e as caçadoras voltariam, invariavelmente, para seu grupo, sem nenhum alimento. Já as plantas, desde as raízes, passando pelas folhas e chegando aos frutos, permanecem imperturbáveis ouvindo o choro das crianças⁶⁵.

A partir desses dados, podemos constatar que a desigualdade não é natural, mas sim posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes

⁶⁴ CABRAL, 1995. In: LAZDAN, Alessandra Munhoz; REINA, Fábio Tadeu; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2014, pp.471-472.

⁶⁵ SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Expressão popular, 2004, p.61.

envolvidos nas tramas de relações sociais. No que tange as relações entre homens e mulheres, observamos que a desigualdade de gênero não é dada, mas sim construída. Justamente por não ser dada previamente, as relações de violência entre homem–mulher, duas mulheres ou entre dois homens pode se figurar em violência de gênero, que podem se estender a outros patamares de violências. Todavia, quando falamos de violência de gênero, o caminho mais difundido é o de violência de homens contra mulheres, devido aos fatores culturais.

A violência contra a mulher pode ser considerada um fenômeno social, multiforme e histórico. Ela constitui-se num fenômeno complexo, histórico e de muitas dimensões. Do ponto de vista sociológico, é uma transgressão à norma social e, nela, vemos relações entre agressão e vitimização. Há também a violência estrutural, que tem como fonte geradora as relações econômicas e sociais. Do ponto de vista político, a violência pode ser entendida como relação de forças onde há um desequilíbrio ou abuso de poder de uma pessoa ou um grupo sobre outro indivíduo ou grupos.

Apesar da dificuldade em conceituar violência, precisamos analisar esse fenômeno de acordo com o recorte que damos a cada cultura e sociedade. No caso deste trabalho, o recorte se dá nos núcleos familiares das militantes do MMC no oeste catarinense desde a sua criação até os dias atuais. E no caso da violência contra as mulheres, para melhor analisarmos esse fenômeno, precisamos analisar as relações de gênero já debatidas anteriormente.

4.2 O MMC E AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Apesar da violência ser uma prática cada vez mais visível em todos os âmbitos da vida humana, é fato que ela se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres. A violência masculina contra a mulher é fruto de um modelo patriarcal de sociedade, onde as relações pessoais afetivas estão fundamentadas no princípio da

propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher, pois é isto que garante ao homem o poder de violentar uma mulher, visto que a considera sua propriedade.

Em decorrência do sistema capitalista patriarcal, as formas de violência se expressam em todas as esferas da vidas das mulheres e, por fim, se reproduzem no cotidiano como se fossem algo natural. Essa naturalização traz consigo o domínio do homem sobre todos os aspectos da vida e do corpo da mulher, que passa a ser encarado apenas como um objeto de servir e obedecer aos homens.

As campanhas pelo fim da violência contra as mulheres é um chamado para provocar uma mudança social, cultural e política, e têm perspectivas que poderão resultar em novas formas de organizações nos lares e famílias das mulheres camponesas. Apesar de ser um assunto doloroso muitas vezes, são essas discussões que levam essas mulheres a construir meios para superar as relações de desigualdade entre homens e mulheres e se libertar dessas amarras.

Ainda antes do movimento se unificar e tornar-se o Movimento das Mulheres Camponesas, as militantes já vinham trazendo a tona esses debates. Após a unificação, eles se intensificaram ainda mais, na tentativa de abranger o maior número possível de mulheres. Na figura 3⁶⁶ é possível ver a maneira como as mulheres tentam passar informações importantes e de fácil acesso para todas. Ao informar quais são os desafios e objetivos do movimento, elas deixam claro que toda e qualquer mulher pode se sentir representada pelo mesmo.

Figura 3 - Folder do Movimento das Mulheres Camponesas:

⁶⁶ Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). **Mulheres camponesas na luta contra a violência**. Folder. 2014.


Instrumentos de apoio para ajudar no combate à violência contra a mulher

LEI MARIA DA PENHA (N 11.340/06) - A lei Maria da Penha, foi sancionada em 7 de agosto de 2006, após muita luta e sofrimento brutal da própria Maria da Penha, que depois de ter sofrido duas tentativas de assassinato pelo seu marido, deixando-a paraplégica. Com a Lei se legitimou mecanismos para ajudar a coibir e punir a violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres. Em seu artigo nº 6, "A violência doméstica e familiar constitui uma das formas de violação dos direitos humanos".

LIGUE 180 - CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER! - Ela auxilia e orienta as mulheres vítimas de violência através do número 180. As ligações são gratuitas e podem ser feitas de qualquer cidade do Brasil, durante as 24 horas do dia, incluindo feriados e finais de semana. Possibilita a denúncia via telefone, sem precisar identificação de quem denuncia. Então vamos denunciar! Vamos romper o silêncio em defesa da vida! Vamos viver a solidariedade pois se não dói em nós, dói nas mulheres que estão sofrendo a violência. Precisamos nos convencer de que uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres! Violência contra a Mulher é crime!

ÓRGÃOS PÚBLICOS - em nossos estados e municípios, existem diversos órgãos ligados ao atendimento às mulheres que disponibilizam serviços de apoio e proteção, bem como, orientação às mulheres vítimas da violência. Procure em seu município e divulgue o endereço e telefone de:


- Delegacias e postos de atendimento especializados da mulher,
- Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher.
- Juizados e Varas Especializados em Violência Doméstica e contra a Mulher.




Nossos desafios:

- ⊙ Em nossas bases, integrar as organizações sociais e comunitárias para fazer o enfrentamento coletivo as formas de violência praticadas contra as mulheres e também a classe trabalhadora.
- ⊙ Trabalhar no nosso cotidiano práticas que ajudem a criar novas relações priorizando a cultura da igualdade, do respeito às diferenças e feminista.
- ⊙ Exigir políticas públicas que promovam a igualdade nas relações de gênero, e também que sejam aplicadas as medidas de proteção e atendimento à mulher que sofre violência, corre risco de vida e a seus filhos. Bem como que em cada município tenha uma Delegacia de Polícia ou Posto da Mulher com servidores competentes para o atendimento.
- ⊙ Denunciar todo e qualquer tipo de violência. Romper o silêncio! Tomar posição e decisão frente às situações de violência e lutar contra a impunidade dos agressores.

Mulheres Camponesas na luta contra a violência



**Na sociedade que a gente quer!
Basta de violência contra a MULHER!**



www.mmcbrazil.com.br
Fone/Fax: (54) 3045 1066
Rua Moron, 588 - Sala 2
Passo Fundo/RS

Fonte: Acervo do MMC. Disponível em: <https://www.mmcbrazil.com.br/site/download>

O folder conta com instrumentos de apoio para o combate à violência contra a mulher, pregando a igualdade nas relações de gênero, apresentando leis, central de atendimento à mulher e órgãos públicos específicos que auxiliam no combate a violência, uma vez que deixam claro a importância de denunciar todos e qualquer tipo de violência. Ao apresentar tais possibilidades de acesso à ajuda e informações, é justificado o objetivo da cartilha, cujo lema é “Basta de violência contra a mulher!”.

Além disso, mas não menos importante, a página inicial da cartilha já traz informações relevantes a serem analisadas. A imagem de abertura é composta por homens e mulheres diversificados, mostrando que o Movimento é feito por indivíduos de todos os cantos do Brasil e que, juntos, lutam pelo fim das violências.

Essa construção passa para além dos folders e cartilhas. Ela também se estende através da elaboração de convenções, passeatas, atos, pactos e

plataformas de ações, que tem como objetivo trazer debates e problematizações sobre a violência e discriminação sobre as mulheres para a realidade de todas. No entanto, apesar de haverem várias políticas públicas voltadas às mulheres, são poucos os países que as possuem de maneira que estejam ao alcance de todas. Diante disso, o desafio do MMC, dos grupos feministas e dos Estados é o de construir estratégias de ação, mobilização e lutas para garantir que os direitos em todos os âmbitos da vida humana sejam efetivadas.

Na zona rural, assim como em outros meios, podem existir vários tipos de violência. Entre as principais, podemos destacar a violência física, a sexual, a psicológica e a patrimonial e econômica.

A violência física é representada por qualquer ação ou omissão que ofenda a integridade física da mulher. Na maioria dos casos, essa forma de violência acontece na forma de violência doméstica, que é a que ocorre dentro de casa, no espaço simbólico/privado. Quase sempre é praticada por maridos e companheiros e está fundamentada nas relações de poder perpetuadas pelo modelo da nossa sociedade capitalista e patriarcal. A violência doméstica costuma ser usada como sinônimo de violência familiar e, também, de violência de gênero. Esta,

teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de *patriarcado*, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens⁶⁷.

A violência sexual, por sua vez, é caracterizada por qualquer ação que obrigue a mulher a manter contato sexual, físico ou verbal através do uso de força, intimidação, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro meio que limite a vontade pessoal da vítima. Esta, pode ser praticada por alguém conhecido ou desconhecido. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que 10 a 34% das mulheres no mundo já foram agredidas, e que 70% dos casos foram agressões de parte de maridos, companheiros ou namorados⁶⁸.

⁶⁷ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004, p.44.

⁶⁸ Movimento das Mulheres Camponesas. **Cartilha Sudamérica**. 2012, p.16.

Esse tipo de violência está intimamente ligado a noção de masculinidade. Os homens são ensinados socialmente a encarar o sexo como um ato de conquista, um atestado de virilidade e uma forma de dominação. Mas essa é justamente uma das maiores contradições, já que a liberdade sexual que eles possuem os torna prisioneiros de uma luta constante para provar sua masculinidade. Dentro da esfera doméstica, o ato sexual se torna uma das formas mais eficientes de estabelecer a relação de poder e dominação entre homens e mulheres⁶⁹.

Já a violência psicológica é marcada por qualquer ação ou omissão destinada a controlar os comportamentos, crenças e decisões da mulher. Ela se dá por meio de intimidação, manipulação, ameaças, humilhações, agressões, privação de liberdade, privação de trabalho e estudo, danos propositais a objetos pessoais, animais de estimação e pessoas queridas ou qualquer outra situação que cause prejuízos a saúde psicológica da vítima.

Além dessas, é comum também a violência patrimonial e econômica, que pode ser caracterizada como qualquer ação ou omissão que implique dano, perda, destruição ou retenção de objetos e documentos pessoais, assim como bens e valores. Exemplos dessa violência são a destruição, venda ou furto de objetos pertencentes à vítima, destruição, venda ou furto dos instrumentos de trabalho da vítima, destruição de documentos da vítima ou de seus filhos, venda, aluguel ou doação de imóvel pertencente à vítima ou ao casal, sem a autorização da mulher, entre outros. Via de regra, a atividade laboral que normalmente é realizada fora do espaço doméstico é uma das bases para a construção da identidade masculina. Sócrates Nolasco diz que “o trabalho – que para os homens não está ligado a escolha e sim a fatalidade - está misturado a afetividade e sexualidade masculina e, junto com elas, formam a tripé da masculinidade”⁷⁰. O trabalho remunerado é o que constitui a respeitabilidade masculina na sociedade, na medida que permite ao

⁶⁹ NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder**: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014, p.7

⁷⁰ NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino**: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: __ __.(Org.). A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p.70.

homem obter reconhecimento, segurança e autonomia. A perda do emprego, portanto, provocaria a sensação de diminuição da masculinidade. Essa sensação seria percebida não só pelo próprio homem mas também por sua companheira e filhos. Existem estudos que indicam que o desemprego é uma das causas da violência doméstica e do alcoolismo⁷¹.

E por último, existe a violência moral, que é definida por qualquer ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher. Tanto a violência moral quanto a psicológica atingem a auto-estima da mulher, que é agredida verbalmente, humilhada, ameaçada, comparada. Esta é a forma mais velada de violência e que incapacita a reação da mulher que, muitas vezes, fica resignada e aceita como natural este tipo de agressão.

Na grande maioria dos casos, as violências física, sexual e moral não ocorrem isoladamente. Porém, qualquer que seja a maneira de agressão, as violências moral e emocional estão sempre presentes.

A violência nada mais é do que uma forma de exercer poder e ele, como já foi descrito, tem duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que, quando eles perpetram violência, estão sob o efeito da impotência⁷².

Uma série de pesquisadores apontam que a educação é uma das facilitadoras para a criação das desigualdades entre os gêneros, favorecendo os meninos a desempenharem esses papéis negativos de dominação e violência. Bourdieu

pontua as disposições atuais nas quais a dominação se constitui e constrói um mundo hierarquizado, neste momento, de forma invisível, camuflada e inquestionável. As premissas dominantes estão inscritas, segundo o sociólogo, no ambiente familiar – que se opõe entre o universo público masculino, reconhecido pelos encontros nos bares e clubes, e o privado feminino, abreviado no ambiente doméstico. Estas disposições se ampliam na divisão do trabalho, na escolha das profissões, assim como na hierarquia destas e de suas funções. Por exemplo, a escolha por cargos que exigem submissão e necessidade de segurança, são executados pelas vítimas da dominação de forma a se sentirem satisfeitas com tal tarefa, uma vez que naturalmente possuem qualidades de submissão, gentileza, docilidade, devotamento e abnegação⁷³.

⁷¹ Idem.

⁷² SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004, p.51.

⁷³ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.480.

O autor ainda aponta que os principais alicerces que sustentam e reproduzem o poder masculino e auxiliam na manutenção da violência são a Igreja, o Estado, a família e a escola. E são justamente essas instâncias que, por muito tempo, excluíram da História as relações de dominação masculina e as condições das mulheres. A família costuma reproduzir a visão masculina e da divisão do trabalho, a Igreja mantém a visão negativa sobre o feminino, agindo de forma simbólica nas estruturas inconscientes e as escolas, por sua vez, transmitem os características da cultura patriarcal⁷⁴.

Ao mesmo tempo que esses fatores são prejudiciais, se bem utilizados podem trazer resultados positivos. Enquanto a escola é um dos fatores agravantes para manter essa ideia patriarcal, ela foi também um dos fatores mais importantes para a independência feminina. Segundo Bourdieu, o maior acesso das mulheres ao ensino secundário e superior favoreceu sua ascensão no meio social, restringindo sua permanência no ambiente doméstico. Além disso, a maior autonomia quanto ao próprio corpo, proporcionada principalmente pela pílula anticoncepcional, fez com que o tamanho das famílias reduzissem e a mulher tivesse maior autonomia de escolha diante o casamento. Com isso, o divórcio aumentou, assim como a independência feminina em relação a um homem⁷⁵.

Por isso, podemos constatar que a dominação masculina apresenta privilégios aos homens, mas simultaneamente apresenta um grande peso a eles, visto que acabam sendo prisioneiros da própria construção social. Um exemplo disso são as questões apresentadas nos documentários “Celibato no campo” (2010)⁷⁶ e “Mulheres da luta”⁷⁷(2016). No último, é possível observar as transformações que as famílias camponesas sofreram no decorrer dos últimos 20 anos. Transformações

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.484.

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.484.

⁷⁶ **CELIBATO no campo**. Direção de Cassemiro Vitorino e Ilka Goldschmidt. Santa Catarina: Margot Produções, 2010 (52 min.)

⁷⁷ **MULHERES da luta**. Direção de Aline Rodrigues e Edio Murer. Rio Grande do Sul: Cresol Central RS/SC, 2016 (56 min).

marcadas, principalmente, pelo fato das mulheres estarem concluindo o Ensino Médio e a participação delas nos movimentos sociais, que começaram a existir justamente conforme as mulheres iam ampliando seu nível de escolarização e, conseqüentemente, passaram a questionar a ordem vigente. Os homens, por sua vez, fizeram o caminho inverso. Ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a estudar mais e se interessar por questões que antes eram consideradas apenas “coisas de homem”, estes começaram a se diminuir, apresentando até certo receio ao se relacionar com as mulheres que já não aceitavam tudo.

Os camponeses, que até então consideravam sua virilidade como característica principal, passaram a se encontrar em situações de vulnerabilidade. Essa sensação é totalmente compreensível, uma vez que é impossível sustentar uma postura extremamente machista e regrada, tal como a masculinidade hegemônica exige, o tempo todo. Ao não serem capazes de nomear seus sentimentos, usarem a violência como linguagem e não aceitarem os ideais da nova mulher camponesa, esses homens acabaram por ficar reclusos e em situação de celibato.

Obviamente nem todos os homens são violentos e não adaptados às transformações que vêm ocorrendo, mas esses efeitos de não desejar ter uma família podem ser resultados das mudanças estruturais que fizeram com que as mulheres deixassem de visualizar seu presente e futuro sob a ótica “da família tradicional brasileira”.

4.3 AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E VIOLÊNCIA NO CAMPO

A cultura capitalista patriarcal tal como conhecemos se sustenta entre sob alguns pilares. Um deles é o da dependência econômica das mulheres que, no campo, é visto principalmente na falta de reconhecimento do seu trabalho como gerador de renda e riqueza, dado que o trabalho das mulheres é visto apenas como “ajuda” ao marido/companheiro. Outro pilar é a falta de autonomia que as mulheres

têm sobre o próprio corpo, visto que o homem, o Estado, a religião, a família e a comunidade impõe certos padrões de obediência e comportamento às mulheres, impedindo-as de fazer escolhas sobre si mesmas.

O terceiro pilar é o fato de haver pouca participação política por parte desse grupo. As mulheres têm pouca participação nos espaços de poder e decisão. Essa falta de representatividade vai desde os espaços domésticos, a unidade produtiva até as direções das organizações e espaços públicos⁷⁸. E o quarto pilar é a já citada violência. Uma vez que não conseguem dominar as mulheres por outras vias, usa-se das formas de violência para controlar as mulheres.

Devido a esse panorama que insiste em se estender até os dias de hoje, a frequência com esses temas têm sido debatidos é alta. Na segunda página de um folder de 2014⁷⁹ (figura 4) é possível ver que os temas relacionados às formas de violências sofridas no campo está sempre presente nas pautas, justamente com o intuito de fazer com que sejam cada vez menos frequentes. Com o objetivo de lutar contra todas as formas de violência em que vivem as mulheres do campo, o Movimento mantém o compromisso de construir relações melhores no intuito de construir uma nova sociedade. Ao intensificar as lutas, estratégias e ações nas organizações de mulheres vinculadas a Via Campesina, o tema da violência passa a fazer parte das lutas regionais, nacionais e internacionais, a fim de ter um esforço coletivo de reflexões com milhares de mulheres.

Figura 4 - Folder sobre a violência no campo e nas florestas:

⁷⁸ Há várias campanhas de incentivo à participação política das mulheres no MMC e em outros movimentos sociais, mas essa dificuldade em participar politicamente em instâncias superiores ainda é uma dificuldade significativamente grande no campo.

⁷⁹ Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). **Mulheres camponesas na luta contra a violência**. Folder. 2014, p.2.



O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil), em sua trajetória, vem lutando pela **conquista da igualdade e afirmação das mulheres como cidadãs de direitos políticos** na sociedade. Queremos essa mudança e trabalhamos a organização e lutas das mulheres do campo e da floresta, nos somando nas reivindicações junto com os vários movimentos feministas de mulheres no Brasil.

Apesar dos avanços que já temos, a violência praticada contra as mulheres tem se tornado cada vez mais cruel, com requintes de tortura até a morte. Ela permanece ainda naturalizada na sociedade capitalista e patriarcal que vivemos, porque **esse sistema é baseado na desigualdade, na exploração, nos privilégios de poucos, nas leis, normas e políticas sociais que alimentam a inferioridade da mulher** e a superioridade dos homens. Essa é a raiz da violência. Ao mesmo tempo, a violência tem sido tratada, tanto pelos meios de comunicação quanto pelas referências de quem a estuda, de modo mais geral em sua caracterização e formas de sofrimento.



A violência contra a mulher do campo e na floresta

Nós do Movimento de Mulheres Camponesas, quando tratamos da violência contra a mulher do campo e na floresta, precisamos levar em consideração algumas diferenças que acontecem por conta de sua própria realidade. Além da violência se enquadrar dentro de todas as formas mais conhecidas, como exploração, opressão, condição de trabalhadora ou de mulher, violência física, psicológica, moral, sexual, sobrecarga de trabalho, uso de agrotóxicos, etc. **Precisamos considerar algumas peculiaridades em que:**

- 1 as mulheres vivem numa realidade onde as moradias são distantes umas das outras, e por isso, ao sofrerem violência mesmo que gritem por socorro, não serão ouvidas;
- 2 a cultura machista no campo e na floresta é muito forte, o conservadorismo tradicional também, onde a mulher é tida como propriedade do seu companheiro;
- 3 a cultura de submissão das mulheres é ainda muito forte tornando as várias formas de violência naturalizadas pelas próprias mulheres;
- 4 a cultura do imoral, do feio, da roupa suja se lava em casa, do medo, são elementos fortes para manter as mulheres caladas;
- 5 a dependência econômica também é um empecilho para romper o silêncio e denunciar, pois é difícil para as camponesas do campo e da floresta, visualizarem rumos pós denúncia;

O que o MMC está Fazendo?

Rompemos o "silêncio", condenamos o sistema capitalista patriarcal porque estamos convencidas de que as mulheres como seres humanos são dotadas de capacidades criadoras e por isso, capazes de criar outras formas de vida em que as relações sociais e entre os gêneros sejam de igualdade de direitos e justiça.

Demarcamos o dia Internacional da Mulher, 8 de março, também como dia de luta contra a violência, promovendo oficinas de debate, conscientização, seminários, mobilizações para a implementação das políticas públicas para as mulheres, incentivando as denúncias, encaminhando pautas reivindicativas.

Participamos como Movimento de Mulheres Camponesas, da V Conferência da Via Campesina, em outubro de 2008, em Maputo (Moçambique), da decisão de "romper o silêncio" que lançou a campanha mundial "BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES" contra todas as formas de violência em que vivem as mulheres do campo, afirmando que todas e todos homens e mulheres temos o compromisso de construir novas e melhores relações humanas necessárias na construção de uma nova sociedade. Com essa decisão intensificamos as lutas, estratégias e ações nas organizações de mulheres e mistas vinculadas a Via Campesina Internacional em cada país. Assim o tema da violência faz parte das lutas e mobilizações locais, nacionais e internacionais, num esforço coletivo de reflexão junto às mulheres e suas famílias sobre este fenômeno que aniquila os direitos, mata e destrói a vida de milhares de mulheres.

O dia 25 de Novembro é demarcado em todo o mundo como o Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres. Uma data histórica e dolorida, pois lembra a brutalidade com a qual as ditaduras militares tratam toda a sociedade e principalmente as mulheres, desumanamente. Nesse mesmo dia, na República Dominicana três irmãs lutadoras (as Irmãs Mirabal) foram brutalmente assassinadas por defenderem seu país, seu povo e seus direitos contra o sistema ditatorial que ali viviam. Nesta data, nós do MMC nos somamos as Organizações de mulheres, especialmente feministas, do campo e da cidade no mundo todo, fazendo ações, debates e denúncias da violência cometida contra as mulheres. É importante nossa participação pelo fato de sermos nós mesmas as vítimas, nas mais diversas situações.

Fonte: Acervo online do MMC. Disponível em: <https://www.mmcbrasil.com.br/site/download>

Neste folder é expresso alguns posicionamentos do Movimento, como a luta por igualdade e a afirmação das mulheres enquanto cidadãs e, conseqüentemente, todos os direitos que vem vinculados a isso.

Além disso, a ideia do Movimento no folder deixa claro que ao tratar da violência contra as mulheres do campo e da floresta é preciso levar em consideração algumas características específicas de seu contexto. Além da violência sofrida por elas se enquadrar dentro das formas já citadas anteriormente, as camponesas precisam encarar a sobrecarga de trabalho, o uso quase diário de agrotóxico e o fato de que vivem numa realidade onde as moradias são distantes uma das outras e, quando ocorre uma situação de violência, dificilmente serão ouvidas por outras pessoas, mesmo que gritem por ajuda.

Ademais, a cultura machista e o conservadorismo no campo é muito forte.

Muitas vezes a mulher até mesmo é vista como propriedade de seu companheiro. Outro fator de diferenciação da violência sofrida no campo é a cultura de submissão, que faz com que diversas formas de violência sejam naturalizadas pelas mulheres e, por último, a cultura do imoral, do feio, do “roupa suja se lava em casa”, que são elementos que fazem com a mulher tenha medo e se mantenha calada.

Entretanto, mesmo tendo estes padrões culturais, em muitas famílias atualmente são as mulheres as provedoras, as que cuidam e garantem o sustento e a vida de toda a família. Este modelo de sociedade que justifica a violência contra as mulheres não é bom para ninguém e, além de manter a estrutura social de desigualdade entre homens e mulheres, favorece a desigualdade de classes.

As relações humanas, sociais, políticas, econômicas e culturais em que essas famílias estão inseridas não são naturais, mas sim construídas. Justamente por serem construídas é que elas podem ser alteradas e o Estado deveria desempenhar o papel principal em promover políticas públicas ao alcance da diversidade de mulheres do campo para o combate de todas as formas de violência e discriminação ao invés de ser ausente.

Contudo, questiona-se muito se as alterações propostas pelas feministas ao longo dos séculos XIX e XX e suas vertentes, tal qual o MMC, surtiram efeito na sociedade e de que maneira nos desafiaram a buscar alternativas para solucionar as questões postas pelo movimento. As pesquisas sobre as relações de gênero no MMC mostram que ao analisarmos a masculinidade dos segmentos mais desfavorecidos é possível falarmos em transformações sociais, culturais e, principalmente, de gênero. Portanto, não se trata de questionar as mudanças, pois elas de fato ocorreram, mas questionarmos o alcance das mesmas, que claramente podem ser observadas. São esses fatos que nos mostram que somente a luta contínua e permanente é capaz de estabelecer novas perspectivas de superação das relações patriarcais e de gênero, resultando em transformações na vida de muitas famílias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças sociais são lentas e historicamente construídas no nosso cotidiano. Porém, uma vez conquistados direitos, eles nunca estão para sempre assegurados e, por isso, dependem de lutas permanentes. Quando pensamos no sistema em que vivemos, percebemos que as lutas desenvolvidas pelo MMC precisam seguir enfrentando as formas de opressão por tempo indeterminado.

Quando pensamos nas transformações ocasionadas nas estruturas das relações de gênero do Movimento, as lutas e as vitórias travadas também não significam que as transformações serão constantemente para melhores, uma vez que as desigualdades de gênero continuam a existir. Além disso, precisamos ter cuidado para que a dominação e opressão sofrida pelas mulheres, em especial as camponesas, ao longo da sua história, continuem sendo consideradas o ponto central para seu feminismo, a fim de que não sejam retrocedidos pontos que já estão em situação muito mais favorável à existência delas.

Ao analisarmos o MMC podemos concluir que o processo de construção de identidades das mulheres camponesas é um processo que vem ocorrendo de maneira gradual desde o início da década de 1980 e que as mudanças resultantes dessa construção são decorrentes das lutas de gênero e classe marcadas pelo reconhecimento profissional, luta por direitos e contra todas as formas de violência impostas pelo sistema em que essas mulheres, juntamente com outros movimentos sociais, enfrentaram incansavelmente.

Após se darem conta que ao longo da história houve uma educação e construções sociais totalmente voltadas a ideia de que a mulher estava em um posição de “inferioridade” e “fragilidade” e, por isso, estava submissa a um papel de dominação e obediência, essas camponesas, com seu próprio modo de luta, demonstraram que também são sujeitos históricos e protagonistas de sua própria história e, portanto, podem alterar as estruturas em que estão inseridas.

Ao se colocarem em movimento, essas mulheres lutam contra o patriarcado, o capital e ainda questionam a estrutura social, pois acabam apontando outras formas de relações sociais, políticas, econômicas, culturais e de gênero. Formas, inclusive, que favorecem tanto elas quanto os homens, uma vez que esse sistema os prejudicam em vários aspectos também.

Ao saírem do campo do privado e se colocarem em marchas, passeatas e manifestações para mostrar as situações de violência em que estão inseridas e quais são seus anseios, além de alcançarem o reconhecimento, as militantes percebem que a igualdade de gênero não existe, mas continuam reforçando a ideia de que não desejam ser iguais aos homens, pois não o são, mas que lutam pelo direito de serem quem desejarem ser. Querem ter o direito de pensar diferente e de serem respeitadas na diversidade e, conseqüentemente, ao associarem esses desejos as relações de gênero, desejam o mesmo para os homens.

Quanto a estes, podemos concluir que é impossível pensarmos nas relações de gênero no Movimento das Mulheres Camponesas sem os levarmos em consideração. Contudo, essa análise voltada para eles também é um pouco mais difícil de ser feita, uma vez que o Movimento em si é consideravelmente jovem e os temas relacionados às questões de gênero estão sendo trabalhadas de maneira gradual. Espero que ao teorizar algumas questões com essa temática, tenha ficado claro que as análises feitas refletem positiva e negativamente tanto no campo das feminilidades quanto das masculinidades.

Não podemos negar que os homens foram responsáveis por muitas situações que causaram dor e sofrimento para muitas mulheres ao longo dos anos, mas é necessário compreender que nem sempre elas foram causadas em decorrência de mau caráter, mas sim devido a construção desse ideal de masculinidade que foi imposta sobre eles. Do mesmo modo que, algumas mulheres, ao longo da vida também reproduziram situações similares por estarem presas nesse sistema de dominação-violência masculina. No entanto, é imprescindível que os homens visualizem essas situações e se esforcem para alterá-las, saindo dessa zona de conforto que favorece apenas eles, caso contrário os processos que pretendem

e elevar as relações de gênero a um patamar mais igualitário acabará sendo mais difícil.

Como este trabalho refletiu sobre questões de um movimento que continuará existindo depois do recorte feito, algumas questões relacionadas aos estudos de gênero e as masculinidades serão abordadas com mais profundidade através da utilização de História Oral em uma continuação da pesquisa, que conta com um amplo campo de análise pela frente.

Quanto às mulheres camponesas, que tanto batalharam para chegar onde estão hoje, algumas palavras de ordem ditas por elas próprias resumem seus desejos e conquistas: “nós não queremos favores, nossa história a gente faz” e, com certeza, a fazem bravamente.

6 FONTES

AMMTR-SUL (Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul) (sem data). **Não Importa Onde Estiver, Sempre Mulher.**

CELIBATO no campo. Direção de Cassemiro Vitorino e Ilka Goldschmidt. Santa Catarina: Margot Produções, 2010 (52 min.)

Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). **Cartilha Sudamérica.** Cartilha. Brasília, 2012.

Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). **Mulheres camponesas na luta contra a violência.** Folder. 2014.

MULHERES da luta. Direção de Aline Rodrigues e Edio Murer. Rio Grande do Sul: Cresol Central RS/SC, 2016 (56 min).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. **0 conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais:** uma contribuição feminista. Revista três pontos - Dossiê Múltiplos Olhares sobre gênero, 2017.

BONI, Valdete. **Movimento De Mulheres Camponesas:** um movimento camponês e feminista. Chapecó: Revista Grifos, - n. 34/35, 2013.

BONI, V; ROCHA, H.J. (Org.). **Pesquisas em Movimentos Sociais na Fronteira Sul.** 1ªed. Curitiba: CRV, 2019.

BOTTON, Fernando Bagiotto. **As masculinidades em questão:** uma perspectiva de construção teórica. Revista Vernáculo, n. 19 e 20. Curitiba, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CABRAL, 1995. In: LAZDAN, Alessandra Munhoz; REINA, Fábio Tadeu; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2014.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos sociais no campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina**. Dissertação de mestrado. Florianópolis, 1991.

CONNELL, R. e MESSERSCHMIDT, J. W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1) 241-282, janeiro-abril 2013.

CONTE, Isaura Isabel; JANH, Elisiane de Fátima. **Educação para o ser mais no Movimento de Mulheres Camponesas**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 23-28, jan./dez. 2011.

DAVIS, Natalie. In: SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

DEERE, 2004; BRUMER ; ANJOS , 2010. In: SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011.

GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antônio I. **História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016)**. Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017.

Grito de ordem do Movimento das Mulheres Camponesas apud CONTE, Isaura Isabel; JANH, Elisiane de Fátima. **Educação para o ser mais no Movimento de Mulheres Camponesas**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 23-30, jan./dez. 2011.

HEREDIA Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, Ano 9, nº8, 2006.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **As lutas camponesas no Rio Grande do Sul e a formação do MST**. São Paulo: Revista Brasileira de História – Estruturas Agrárias e Relações de Poder, 1991.

LAZDAN, Alessandra Munhoz; REINA, Fábio Tadeu; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2014.

MAPA da América do Sul.. 2020. Google Maps. Google. Consultado em: 30/09/2020, no Google Maps. Link de Acesso: <https://www.google.com/maps/@-13.0532743,-60.261806,4z?hl=pt-BR>.

MAPA da região sul do Brasil.. 2020. Google Maps. Google. Consultado em: 30/09/2020, no Google Maps. Link de Acesso: <https://www.google.com/maps/@-26.6528736,-53.4942279,7z?hl=pt-BR>

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica**. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero**. In: __ __.(Org.). A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. Rocco: Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **Discursos sobre a masculinidade**. In Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 6 (1) 1998.

PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina**. Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, 2007.

PAULILO, Maria Ignez Silveira ; BONI, Valdete. ; ROSSO, K. ; BAUERMANN, L. . **Agricultura e maricultura familiares**: um recorte de gênero. In: 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008, Campina Grande. Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008.

RIBEIRO, Aldry Sandro Monteiro. **Macho, adulto, branco, sempre no comando?** 189 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – UNB, Brasília, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

Siliprandi, Emma; Cintrão, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011.

STROPASOLAS, 2002, p.10. In: PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina**. Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

SCOTT, Joan W. **Os Usos e Abusos do Gênero**. São Paulo, Projeto História, n. 45, Dez. 2012.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979/2000**. Tese de doutorado da UFSC. Florianópolis, 2003.

SILVA, Isabela Costa da. **Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade**. Dissertação de mestrado da UFJF. Juiz de Fora, 2013.